



**EDITAL DE CHAMAMENTO DE INTERESSADOS PARA CREDENCIAMENTO
(ART. 79, INCISO II DA LEI Nº 14.133/2021)**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2026

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO Nº 4/2026

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÉDICO VETERINÁRIO, COM CARGA HORÁRIA DE ATÉ 30 (TRINTA) HORAS SEMANAIS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA, CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

O Município de UNIÃO DE MINAS – MG, através da Secretaria Municipal solicitante, por meio do setor de Licitações, através do Pregoeiro/Agente de contratação e equipe de apoio designados pela **Portaria Nº 07/2026** de 13 de maio de 2026, [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), **Decreto Municipal nº 5557/24, 5730/25** e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, **REALIZARÁ PROCEDIMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO**, nos termos do art. 79 da Lei 14.133/2021, **NA FORMA ELETRÔNICA**, procedimento auxiliar de credenciamento, com valores previamente definidos pela Administração.

INICIO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 19/05/2026 DÀS 08:00 HRS ATÉ 30/12/2026 AS 13:00 HRS.

ABERTURA E INÍCIO DA SESSÃO: 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS a contar da data do credenciamento eletrônico

As inscrições para o Credenciamento se darão **a partir da publicação do deste Edital e perdurarão enquanto este estiver vigente de forma EXCLUSIVAMENTE ELETRÔNICA.**

I - Condução do procedimento auxiliar:

a) Comissão de Contratação, designada pela **Portaria nº 07/2026** (conforme art. 6º, L da Lei nº 14.133/2021)

II - Vigência deste edital:

a) a partir de 19/05/2026 e o credenciamento se encerrará no último dia da vigência deste edital (30/12/2026).

1. DA EXECUÇÃO DO OBJETO



CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÉDICO VETERINÁRIO, COM CARGA HORÁRIA DE ATÉ 30 (TRINTA) HORAS SEMANAIS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA, CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

2. DA QUANTIDADE ESTIMADA E DA DESCRIÇÃO DO OBJETO.

A quantidade estimada, a descrição e os preços, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO MAXIMO	VALOR TOTAL MÁXIMO
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÉDICO VETERINÁRIO, COM CARGA HORÁRIA DE ATÉ 30 (TRINTA) HORAS SEMANAIS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA.	12	MÊS	R\$ 4.010,00	R\$ 48.120,00

A estimativa quantitativa de 12 (doze) meses possui caráter meramente referencial e foi adotada para fins de planejamento administrativo, estimativa de consumo e eventual necessidade de prorrogação contratual, não implicando obrigação de vigência contratual superior ao exercício financeiro correspondente.

3. JUSTIFICATIVA



3.1 A contratação de Médico Veterinário para atuação junto ao Instituto Mineiro de Agropecuária é necessária para garantir a continuidade, eficiência e regularidade das ações de defesa sanitária animal, fiscalização agropecuária e inspeção de produtos de origem animal no âmbito do município e da região atendida. O profissional atuará diretamente no desenvolvimento de atividades técnicas essenciais à proteção da saúde animal, da saúde pública e da segurança alimentar, contribuindo para o controle sanitário dos rebanhos e para o cumprimento da legislação agropecuária vigente.

3.2 Entre as atribuições a serem desempenhadas estão a execução de ações de defesa sanitária animal, incluindo prevenção, controle e erradicação de doenças de interesse econômico e de saúde pública, bem como a realização de fiscalizações e inspeções em propriedades rurais, eventos pecuários e estabelecimentos relacionados à produção e comercialização de produtos de origem animal. Também caberá ao profissional a emissão e controle de Guias de Trânsito Animal (GTA), certificação sanitária de estabelecimentos e granjas, fiscalização de eventos pecuários, além do licenciamento e fiscalização de estabelecimentos que comercializam produtos veterinários.

3.3 O médico veterinário ainda será responsável pelo atendimento e orientação a produtores rurais e à população em geral, participação em ações educativas, treinamentos, campanhas sanitárias, elaboração de relatórios técnicos, pareceres e demais documentos necessários ao desenvolvimento das atividades institucionais. Dessa forma, a contratação mostra-se indispensável para assegurar o adequado funcionamento das atividades finalísticas do IMA, evitando prejuízos à defesa agropecuária, riscos sanitários, disseminação de doenças e impactos econômicos ao setor produtivo local e regional, sendo prevista carga horária de 30 (trinta) horas semanais, conforme a necessidade operacional do serviço.

4. Descrição da solução como um todo considerado o ciclo de vida do objeto e especificação do serviço

4.1 A solução consiste no credenciamento e contratação de pessoas jurídicas para prestação de serviços especializados de medicina veterinária, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuação junto ao Instituto Mineiro de Agropecuária, visando atender às demandas permanentes relacionadas à defesa sanitária animal, fiscalização agropecuária, inspeção sanitária e apoio técnico às atividades institucionais desenvolvidas pelo órgão.

4.2 O serviço compreenderá a execução contínua de atividades técnicas especializadas, incluindo ações de prevenção, controle e erradicação de doenças animais de interesse econômico e de saúde pública, realização de fiscalizações e inspeções em propriedades rurais, estabelecimentos agropecuários, eventos pecuários e locais de comercialização de produtos de origem animal, emissão e controle de Guias de Trânsito Animal (GTA), certificações sanitárias, acompanhamento de campanhas sanitárias e demais procedimentos vinculados à defesa agropecuária estadual.



4.3 Também integra a solução a prestação de atendimento técnico e orientação a produtores rurais, responsáveis técnicos e população em geral, elaboração de relatórios, pareceres, laudos e documentos técnicos, participação em treinamentos, ações educativas e atividades correlatas necessárias ao adequado funcionamento das ações executadas pelo IMA. O profissional deverá atuar em conformidade com a legislação sanitária vigente, normas técnicas aplicáveis, diretrizes institucionais e orientações da fiscalização competente.

4.4 Considerando o ciclo de vida do objeto, a contratação abrangerá todas as etapas necessárias à adequada prestação do serviço, compreendendo planejamento das atividades, execução técnica, acompanhamento das ações sanitárias, emissão de documentos e registros obrigatórios, fiscalização dos serviços executados e avaliação contínua dos resultados obtidos. Durante toda a vigência contratual, deverá ser assegurada a manutenção da qualidade técnica dos serviços prestados, observando-se a necessidade de atendimento contínuo e eficiente das demandas institucionais, garantindo a proteção da saúde animal, da saúde pública e da cadeia produtiva agropecuária.

4.5 A solução foi definida considerando a natureza contínua e essencial das atividades desempenhadas pelo Médico Veterinário no âmbito do IMA, sendo indispensável a disponibilização de profissional habilitado, regularmente inscrito no conselho profissional competente, com capacidade técnica para execução integral das atribuições inerentes ao cargo e atendimento das demandas operacionais do órgão.

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA POTENCIAL CONTRATAÇÃO.

5.1 Poderão participar do presente credenciamento pessoas jurídicas legalmente constituídas, com inscrição ativa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), cujo objeto social seja compatível com a prestação de serviços na área de medicina veterinária, devendo apresentar toda a documentação de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica exigida no instrumento convocatório e na legislação aplicável.

5.2 A credenciada deverá comprovar a disponibilidade de profissional Médico Veterinário devidamente habilitado para execução dos serviços, com registro ativo e regular junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV), responsabilizando-se integralmente pela execução das atividades objeto da contratação.

5.3 Os serviços deverão ser prestados de forma presencial, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, nas unidades, estabelecimentos, propriedades rurais, eventos pecuários e demais locais indicados pelo Instituto Mineiro de Agropecuária, observando-se as necessidades operacionais da Administração e as diretrizes institucionais aplicáveis.



5.4 O profissional disponibilizado deverá executar atividades relacionadas à defesa sanitária animal, fiscalização agropecuária, inspeção sanitária, vigilância epidemiológica animal, fiscalização de trânsito animal, emissão de Guias de Trânsito Animal (GTA), fiscalização de eventos pecuários, certificações sanitárias, ações educativas, atendimento técnico, elaboração de relatórios, pareceres, autos, laudos e demais documentos inerentes às atividades institucionais do IMA.

5.5 Os serviços deverão ser executados em conformidade com a legislação federal, estadual e municipal aplicável, normas técnicas, protocolos sanitários, diretrizes institucionais, regulamentos administrativos e orientações expedidas pelos órgãos competentes de controle e fiscalização agropecuária.

5.6. Caberá à credenciada garantir todas as condições necessárias à adequada execução dos serviços, incluindo a disponibilização de profissional habilitado, regular perante o conselho profissional competente e apto ao desempenho das atividades contratadas, assumindo integral responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, comerciais e demais obrigações decorrentes da contratação, não gerando qualquer vínculo trabalhista, previdenciário ou funcional com a Administração.

5.7. O profissional deverá manter conduta ética, responsabilidade funcional, urbanidade, sigilo profissional, zelo pelo patrimônio público e observância às normas administrativas e operacionais do órgão contratante, assegurando atendimento adequado às demandas institucionais e ao interesse público.

5.8. Os serviços deverão ser executados com regularidade, continuidade, eficiência e qualidade técnica, garantindo o adequado funcionamento das ações de defesa agropecuária, proteção da saúde animal, prevenção e controle de doenças, fiscalização sanitária e proteção da saúde pública.

5.9. A credenciada deverá assegurar a continuidade da prestação dos serviços, providenciando substituição imediata do profissional em casos de ausência, afastamento legal, impedimento ou qualquer situação que comprometa a execução regular das atividades contratadas.

5.10. A remuneração pelos serviços prestados será efetuada mensalmente, mediante apresentação da documentação fiscal cabível e comprovação da efetiva execução dos serviços, condicionada ao atesto da fiscalização contratual competente, observados os critérios de medição e demais condições estabelecidas no contrato.

5.11. A credenciada deverá submeter-se à fiscalização permanente da Administração, permitindo o acompanhamento integral da execução contratual, fornecendo documentos, informações e esclarecimentos sempre que solicitado, comprometendo-se a sanar imediatamente quaisquer irregularidades ou inconformidades identificadas pela fiscalização.

5.12. A execução dos serviços deverá observar rigorosamente as normas de biossegurança, vigilância sanitária, saúde ocupacional, proteção e bem-estar animal aplicáveis às atividades desenvolvidas.



5.13. Considerando tratar-se de procedimento auxiliar de credenciamento, poderá ser admitida a contratação simultânea de mais de um credenciado, quando houver necessidade administrativa devidamente justificada para garantia da continuidade, cobertura operacional ou atendimento das demandas do serviço. A distribuição das demandas observará critérios objetivos, impessoais e isonômicos previamente definidos pela Administração, podendo a totalidade da carga horária estimada ser atribuída a um único credenciado ou distribuída entre dois ou mais prestadores, conforme necessidade operacional do serviço.

5.14. A execução dos serviços observará as necessidades operacionais do Instituto Mineiro de Agropecuária, podendo os quantitativos, locais de atuação e distribuição das atividades serem ajustados conforme a demanda institucional, disponibilidade orçamentária e conveniência administrativa, sendo a remuneração vinculada exclusivamente aos serviços efetivamente executados e devidamente atestados pela fiscalização contratual competente.

5.15. A Administração estima, como limite máximo operacional da contratação, a necessidade de até 30 (trinta) horas semanais para atendimento das demandas institucionais do Instituto Mineiro de Agropecuária, podendo a totalidade da carga horária ser atribuída a um único credenciado ou distribuída entre dois ou mais prestadores, conforme conveniência administrativa, disponibilidade operacional, continuidade do serviço e interesse público.

5.16. A definição das escalas, distribuição da carga horária e encaminhamento das demandas entre os credenciados observará critérios objetivos, impessoais e isonômicos previamente estabelecidos pela Administração, considerando a ordem cronológica de credenciamento, sistema de rodízio sequencial obrigatório entre os credenciados ativos, disponibilidade operacional para atendimento da demanda, localização e logística de atendimento, continuidade operacional do serviço, necessidade técnica ou administrativa devidamente justificada e capacidade de atendimento da demanda no período solicitado.

5.17. A distribuição das demandas deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia, eficiência e continuidade do serviço público, sendo vedada a escolha arbitrária ou preferencial de credenciados sem justificativa técnica ou operacional.

5.18. A Administração poderá ampliar, reduzir ou remanejar a carga horária inicialmente estimada entre os credenciados, conforme necessidade do serviço, disponibilidade orçamentária e interesse público, desde que observados os critérios objetivos de distribuição previstos neste Termo de Referência.

5.19. Os critérios operacionais específicos de distribuição das demandas, escalas e carga horária poderão ser detalhados no edital, contrato ou em ato administrativo complementar da Secretaria competente, desde que respeitados os princípios da impessoalidade, transparência, isonomia e eficiência administrativa.

6. ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

6.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na



aplicação da legislação vigente **ou para solicitar esclarecimento** sobre os seus termos, devendo fazê-lo de forma **EXCLUSIVAMENTE ELETRÔNICA** (art. 164 da Lei nº 14.133/2021).

6.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis a contar do recebimento da impugnação ou do pedido de esclarecimento (art. 164, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

6.3 Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas (art. 55, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

7. VEDAÇÕES PARA CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO NA EXECUÇÃO DO CONTRATO

1) São vedações para credenciamento e participar da execução do contrato, direta ou indiretamente, nos termos da Lei nº 14.133/2021:

I - Agente público de órgão ou entidade INTERESSADO ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria (art. 9º, § 1º);

II - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, sendo que se equiparam aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, I c/c § 3º);

III - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários (art. 14, II). Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico (art. 14, § 3º);

IV - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta (art. 14, III);

Obs. 1: Este impedimento também é aplicado ao INTERESSADO que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do INTERESSADO (art. 14, § 3º).

V - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica,



financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no procedimento auxiliar de credenciamento ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, IV);

VI - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 – Dispõe sobre as Sociedades por Ações, concorrendo entre si (art. 14, V); **VII** - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista (art. 14, VI);

VIII - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021 (art. 14, § 5º);

IX - É impedida a empresa consorciada participar, na mesma do procedimento auxiliar de credenciamento, de mais de um consórcio ou de forma isolada (art. 15, IV);

X - Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na do procedimento auxiliar de credenciamento ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato (art. 48, parágrafo único);

XI - Vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no procedimento auxiliar de credenciamento ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 122, § 3º).

8. CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD (LEI Nº 13.709/2018)

1) Para finalidade da efetiva participação do INTERESSADO no certame, o MUNICÍPIO fará tratamento dos dados pessoais definidos neste edital, dos representantes legais e outros, e, zelará e responsabilizar-se-á pela proteção de dados e privacidade.

2) O INTERESSADO obriga-se durante a participação de todas as fases do certame, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, em especial os regulamentos municipais e a Lei nº 13.709/2018 (LGPD),



empenhando-se em proceder a todo tratamento de dados pessoais que venha a mostrar-se necessário, em conformidade com este edital.

3) O MUNICÍPIO e o INTERESSADO, quando do tratamento de dados pessoais, o fará de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

4) O INTERESSADO declara que tem ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e deverá garantir, por seu representante legal e/ou pelo seu procurador, a confidencialidade dos dados pessoais a que tem acesso, deverá zelar e responsabilizar-se pela proteção dos dados e privacidade, respondendo pelos danos que possa causar **(ANEXO IV)**.

5) É vedado ao INTERESSADO a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência do certame, para finalidade distinta da participação deste. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais.

6) O INTERESSADO fica obrigada a notificar o MUNICÍPIO, **em até 24 (vinte e quatro) horas**, a respeito de qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação, qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de dados pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

7) As partes, em razão das infrações cometidas às normas previstas, ficam sujeitas às sanções administrativas, cíveis e criminais aplicáveis, por qualquer ação ilícita, que causar danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais.

8) O INTERESSADO será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao MUNICÍPIO e/ou a terceiros, diretamente resultantes do descumprimento pelo INTERESSADO de qualquer das cláusulas previstas neste edital quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

9) As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e nas leis e regulamentos de proteção de dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.



10) As cláusulas de proteção de dados deste edital, permanecem durante toda execução do objeto, sem prejuízo de novas cláusulas definidas no instrumento contratual resultante deste certame, na medida de abrangência dentro de seu escopo, e, ainda que encerrada vigência do instrumento contratual, os deveres previstos devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

11) Por ocasião da assinatura do contrato, o(s) INTERESSADO(S) vencedor(es) do certame, deverão seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhadas com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado, afim de assegurarem adequado nível de segurança em relação aos possíveis riscos gerados pelo tratamento de dados pessoais, na sua estrutura organizacional.

12) Por ocasião da assinatura do contrato, o(s) INTERESSADO(S) vencedora(s) do certame, informarão ao MUNICÍPIO, dos dados de contato do seu respectivo Encarregado de Dados, conforme exigido nos documentos de habilitação jurídica.

13) O INTERESSADO para ter conhecimento da política de privacidade do MUNICÍPIO, deverá acessar o site www.uniaodeminas.mg.gov.br e para maiores informações, poderá contatar com o Administração, por meio do endereço eletrônico de e-mail licitacao@uniaodeminas.mg.gov.br.

9. REGRAS GERAIS PARA DOCUMENTAÇÃO - CREDENCIAMENTO

9.1 Para participar do credenciamento eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO” através do site <https://licitanet.com.br/>;

9.2 O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

9.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao CREDENCIAMENTO na forma eletrônica;

9.4 O licitante que deixar de assinalar o campo da Declaração de ME/EPP não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas;



9.5 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados, diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora do procedimento auxiliar de credenciamento, nos termos do art. 79 da Lei 14.133/2021, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

10. DA PARTICIPAÇÃO NA DO PROCEDIMENTO AUXILIAR DE CREDENCIAMENTO, NOS TERMOS DO ART. 79 DA LEI 14.133/2021

10.1 Poderão participar da presente do procedimento auxiliar de credenciamento, qualquer empresa do ramo objeto deste certame, que satisfaça as exigências constantes deste Edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação.

10.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da do procedimento auxiliar de credenciamento, nos termos do art. 79 da Lei 14.133/2021, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

10.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

10.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

10.4.1 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da do procedimento auxiliar de credenciamento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Não poderão se CREDENCIAR a este do procedimento auxiliar de credenciamento;

10.4.2 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);



10.4.3 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando o procedimento auxiliar de credenciamento versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

10.4.4 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando o procedimento auxiliar de credenciamento versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

10.4.5 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo do procedimento auxiliar de credenciamento impossibilitada de participar do procedimento auxiliar de credenciamento em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

10.4.6 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no procedimento auxiliar de credenciamento ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

10.4.7 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

10.4.8 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

10.4.9 agente público do órgão ou entidade licitante;

10.4.10 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

10.4.11 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

10.4.12 Não poderá participar, direta ou indiretamente, do procedimento auxiliar de credenciamento ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, **conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.**

10.5 O impedimento de que trata o item 10.4.5 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.



10.6 A critério da Administração e a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 10.4.3 e 10.4.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução do procedimento auxiliar de credenciamento ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

10.7 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

10.8 O disposto nos itens 10.4.3 e 10.4.4 não impede o procedimento auxiliar de credenciamento ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

10.9 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da **Lei nº 14.133/2021**.

10.10 A vedação de que trata o item 10.4.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

11. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

INICIO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 19/05/2026 DÀS 08:00 HRS ATÉ 30/12/2026 AS 13:00 HRS.

ABERTURA E INÍCIO DA SESSÃO: 3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS à partir da data do credenciamento eletrônico

E será conduzido pelo Dinovan Queiroz de Almeida – **Pregoeira/Agente de contratação**, com auxílio da equipe de apoio (**Portaria nº 07/2026**).

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF)

11.1 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

11.1.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;



11.1.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

11.1.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

11.1.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

11.2 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no **artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021**.

11.3 A falsidade da declaração de que trata os itens 0 a 3.2.4, sujeitará o licitante às sanções previstas na **Lei nº 14.133, de 2021**, e neste Edital.

11.4 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

11.5 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas.

11.5 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

11.6 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor, sendo vedado:

11.6.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado os preços **pré-fixados pela Administração**; e

11.7 O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora do **procedimento auxiliar de credenciamento**, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

11.8 Caberá ao licitante interessado em participar do **procedimento auxiliar de credenciamento**, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



11.9 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

12. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

12.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

12.1.1 Valor unitário

12.1.2 Quantidade Cotada

12.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

12.2.1 O licitante não poder oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

12.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

12.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

12.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

12.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

12.7.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

13. DA ABERTURA DA SESSÃO



A abertura do presente procedimento auxiliar de credenciamento dar-se-á automaticamente em sessão pública **ELETRONICA** os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, até a abertura da sessão pública.

14. DA FASE DE JULGAMENTO

14.1 Encerrada a etapa do credenciamento, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado atende às condições de participação no certame, conforme previsto no **art. 14 da Lei nº 14.133/2021**, legislação correlata e no item 0 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.1.1 SICAF;

14.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

14.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

14.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

14.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

14.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

14.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

14.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

14.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

14.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

14.6 Será desclassificada a proposta que:

14.6.1 conter vícios insanáveis;

14.6.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;



14.6.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

14.6.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

14.6.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

14.7 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

14.7.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

14.7.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

14.7.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

14.8 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

14.9 O licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

14.10 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

14.10.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

14.11 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante da área especializada no objeto.

15. DA FASE DE HABILITAÇÃO

Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto do procedimento auxiliar de credenciamento, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos **arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**.

15.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira deverão ser apresentadas eletronicamente, nos termos deste instrumento convocatório.

15.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.



15.3 Os (As) licitantes apresentarão os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

15.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na **Lei nº 14.133/2021**.

15.5 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (**art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021**).

15.6 Será verificado se o licitante apresentou, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

15.7 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

15.7.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento ou quando a lei expressamente o exigir.

15.8 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão seus documentos de habilitação e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

15.8.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

15.9 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

15.10 A verificação das exigências dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.

15.10.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.



15.10.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

15.11 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para **(Lei 14.133/21, art. 64):**

15.11.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
e

15.11.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

15.12 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

15.13 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará o próximo credenciado e assim sucessivamente, na ordem de credenciamento, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo de convocação.

15.14 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital do procedimento auxiliar de credenciamento, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

15.15 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação no procedimento auxiliar de credenciamento.

15.16 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

16. DOS RECURSOS

16.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação do procedimento auxiliar de credenciamento, observará o disposto no **art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.**

16.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.



16.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

16.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

16.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

16.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

16.4 Os recursos deverão ser manifestados online no próprio site da LICITANET (<https://licitanet.com.br/>).

16.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá **reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá **proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos**.

16.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

16.7 O prazo para apresentação de **contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

16.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico (<https://licitanet.com.br/>).

17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

17.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

17.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

17.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

17.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

17.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

17.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

17.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

17.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;



17.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

17.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o procedimento auxiliar de credenciamento.

17.1.5 Fraudar o procedimento auxiliar de credenciamento;

17.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

17.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

17.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

17.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

17.1.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do procedimento auxiliar de credenciamento;

17.1.8 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

17.2 Com fulcro na **Lei nº 14.133, de 2021**, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

17.2.1 advertência;

17.2.2 multa;

17.2.3 impedimento de licitar e contratar e

17.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

17.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

17.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

17.3.2 as peculiaridades do caso concreto

17.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

17.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

17.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

17.4.1 Para as infrações previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

17.4.2 Para as infrações previstas nos itens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 17.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.



17.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

17.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

17.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo **prazo máximo de 3 (três) anos**.

17.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 17.1.4, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7 e 17.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 17.1.1, 17.1.2 e 17.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no **art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021**.

17.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 17.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora do procedimento auxiliar de credenciamento, nos termos do **art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022**.

17.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

17.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.



17.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da **Lei nº 14.133, de 2021**, devendo protocolar **o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame**.

18.2 **A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

18.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, no próprio site da LICITANET: <https://licitanet.com.br/>.

18.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

18.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo do procedimento auxiliar de credenciamento.

18.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 Será divulgada ata da sessão pública no **sistema eletrônico oficial**.

19.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4 A homologação do resultado deste procedimento auxiliar de credenciamento não implicará direito à contratação.

19.5 As normas disciplinadoras do procedimento auxiliar de credenciamento serão sempre interpretadas em favor da ampliação entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

19.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



19.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

19.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

19.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico www.uniaodeminas.mg.gov.br e no <https://licitanet.com.br/>;

19.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

ANEXO III – Modelo de Declaração de Enquadramento em Regime de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte (na hipótese do Licitante ser uma ME ou EPP);

ANEXO IV – Decreto nº 5503/23, que regulamenta retenção do Imposto de Renda nos pagamentos a fornecedores de bens e prestadores de serviço realizados pelo Município de União de Minas e suas entidades e dá outras providências;

Anexo V - Modelo de DECLARAÇÃO ÚNICA (Disponibilizada no sistema LICITANET);

20. AVALIAÇÃO PELA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO

1) No prazo máximo de **3 (três) dias úteis a contar da data DO CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO** pelo interessado, a Comissão de Contratação deverá lavrar ata quanto ao recebimento, exame e julgamento da documentação.

1.1) É responsabilidade da Comissão de Contratação verificar a existência de sanção que impeça a participação no credenciamento ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros mantidos pela Controladoria-Geral da União (CGU):

- I** - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
- II** - Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

1.2) A consulta será feita no seguinte link: <https://certidoes.cgu.gov.br/>

1.3) A consulta aos cadastros acima referidos **será realizada em nome do fornecedor e também de seu sócio majoritário**, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992 (Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências).

1.4) A verificação visa coibir o disposto no art. 337-M do Código Penal¹.

2) A Comissão de Contratação poderá oferecer prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para o interessado regularizar documentação, não sendo permitida a substituição ou a apresentação



de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (art. 64 da Lei nº 14.133/2021):

- I - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do chamamento;
- II - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da documentação.

¹ Contratação inidônea

Art. 337-M. Admitir o procedimento auxiliar de credenciamento empresa ou profissional declarado inidôneo:

Pena - reclusão, de 1 (um) ano a 3 (três) anos, e multa.

§ 1º Celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo:

Pena - reclusão, de 3 (três) anos a 6 (seis) anos, e multa.

§ 2º Incide na mesma pena do **caput** deste artigo aquele que, declarado inidôneo, venha a participar de o procedimento auxiliar de credenciamento e, na mesma pena do § 1º deste artigo, aquele que, declarado inidôneo, venha a contratar com a Administração Pública.

2.1) Na análise dos documentos a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de aptidão ao credenciamento (art. 64, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

21. CREDENCIAMENTO

1) A ata lavrada pela Comissão de Contratação será encaminhada à autoridade competente a fim de que, prazo máximo de **3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS A CONTAR DA ENTREGA DA ATA PELA COMISSÃO**, o interessado seja declarado credenciado ou não credenciado.

1.1) O interessado será formalmente notificado sobre a decisão da autoridade competente, sendo a notificação substituída no caso de publicação de ato legal nos locais indicados nas disposições finais deste edital.

1.2) A vigência do credenciamento se encerrará no mesmo dia da vigência deste edital.

2) A autoridade competente poderá aplicar, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/2021:

- I - Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- II - Revogar o processo por motivo de conveniência e oportunidade;
- III - Proceder à anulação do processo, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- IV - Homologar o processo.

2.1) Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa (art. 71, § 1º da Lei nº 14.133/2021).



2.2) O motivo determinante para a revogação do processo deverá ser resultante de fatos supervenientes devidamente comprovados (art. 71, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

2.3) Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados (art. 71, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

2.4) A anulação do processo induz à do contrato.

3) Não serão credenciados os interessados que apresentarem documentação que (art. 59, caput, da Lei nº 14.133/2021):

- I** - Contiverem vícios insanáveis;
- II** - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- III** - O preço for superior ao estipulado pelo Município;
- IV** - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

11) CONTRATAÇÃO VIA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

1) O credenciamento do interessado não se confunde com a contratação, a qual só ocorrerá por meio de contratação direta na forma de inexigibilidade de procedimento auxiliar de credenciamento, com respaldo no art. 74, IV da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.1) A contratação apenas poderá ocorrer no período de vigência deste edital.

2) A contratação direta, via inexigibilidade de procedimento auxiliar de credenciamento, deverá cumprir os requisitos indicados em regulamento próprio, sempre com estrita observância à Lei nº 14.133/2021.

3) É proibido o cometimento a terceiros do objeto contratado.

12) INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1) O INTERESSADO ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções (art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021):

- I** - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II** - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III** - Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV** - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V** - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI** - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG



- VII** - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do procedimento auxiliar de credenciamento sem motivo justificado;
- VIII** - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o procedimento auxiliar de credenciamento ou a execução do contrato;
- IX** - Fraudar o procedimento auxiliar de credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X** - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI** - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do procedimento auxiliar de credenciamento;
- XII** - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – *Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.*

2) Serão aplicadas as seguintes sanções às penalidades acima indicadas:

Advertência (<u>art. 156, § 2º</u>).	I Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (<u>art. 156, § 7º</u>).
Multa de 15% do valor do contrato	Qualquer infração (<u>art. 156, § 3º</u>).
Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de UNIÃO DE MINAS, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (<u>art. 156, § 4º</u>).	II III IV V VI VII Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave. Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (<u>art. 156, § 7º</u>).
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (<u>art. 156, § 5º</u>).	VIII IX X XI XII Obs. 1: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (<u>art. 156, § 7º</u>).

3) Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º da Lei nº 14.133/2021):

- I** - A natureza e a gravidade da infração cometida;



- II** - As peculiaridades do caso concreto;
- III** - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV** - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V** - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

4) Para aplicação das sanções (arts. 156, § 6º, I, 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021):

I - Inciso II do item 1: será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

a) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

II - Incisos III e IV do item 1:

a) Instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos;

b) O INTERESSADO ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

c) Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o INTERESSADO ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;

d) Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;

e) A sanção prevista no inciso IV do item 1 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva de secretário municipal (art. 156, § 6º, I da Lei nº 14.133/2021);

f) A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração Pública Municipal, e será:

i) Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere este item;

ii) Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;

iii) Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

5) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública Municipal ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021).

6) A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal (art. 156, § 9º da Lei nº



14.133/2021).

7) Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis delictações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).

8) A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

9) A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133/2021).

10) O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no inciso II do item 2 (art. 162 da Lei nº 14.133/2021).

10.1) A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 (art. 162, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

11) É admitida a reabilitação do INTERESSADO ou contratado perante o Município de **UNIÃO DE MINAS**, exigidos, cumulativamente (art. 163 da Lei nº 14.133/2021):

- I** - Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;
- II** - Pagamento da multa;
- III** - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- IV** - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- V** - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.

11.1) A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do item 1 exigirá, como condição de reabilitação do INTERESSADO ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável (art. 163, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).

13) DISPOSIÇÕES FINAIS

1) O interessado assume a responsabilidade de acompanhar todos os atos relativos a este



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG



procedimento auxiliar nos locais indicados no item 3 deste tópico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração.

2) Sobre a contagem dos prazos:

- I - Sempre observará o art. 183 da Lei nº 14.133/2021;
- II - Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos pelos INTERESSADOS para efeitos de julgamento deste processo licitatório.

3) Para fins de garantir a ampla publicidade, este edital e seus anexos serão divulgados:

- I - Página do Município de UNIÃO DE MINAS-MG (<https://uniaodeminas.mg.gov.br/>);
- II - Diário Oficial dos Municípios – AMM (art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021).

3.1) O edital e todos os seus anexos serão divulgados na mesma data de divulgação do edital, sem necessidade de registro ou de identificação para acesso (art. 25, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

4) Os casos omissos serão dirimidos com estrita observância à Lei nº 14.133/2021.

5) As questões decorrentes das previsões deste edital que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da ITURAMA - MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

MUNICÍPIO DE UNIÃO DE MINAS, 19 DE MAIO DE 2026

Francisco Magalhães de Jesus
Secretária Municipal
de Desenvolvimento Rural, Agricultura e Pecuária

ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA



TERMO DE REFERÊNCIA

ORGÃO INTERESSADO E LOCALIZAÇÃO.

Órgão Interessado: Prefeitura Municipal de União de Minas – através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Agricultura e Pecuária, para atendimento das demandas do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA.

DO OBJETO

CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÉDICO VETERINÁRIO, COM CARGA HORÁRIA DE ATÉ 30 (TRINTA) HORAS SEMANAIS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA, CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

DA QUANTIDADE ESTIMADA E DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

A quantidade estimada e a descrição, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO MAXIMO	VALOR TOTAL MÁXIMO
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÉDICO VETERINÁRIO, COM CARGA HORÁRIA DE ATÉ 30 (TRINTA) HORAS SEMANAIS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA.	12	MÊS	R\$ 4.010,00	R\$ 48.120,00

A estimativa quantitativa de 12 (doze) meses possui caráter meramente referencial e foi adotada para fins de planejamento administrativo, estimativa de consumo e eventual necessidade de prorrogação contratual, não implicando obrigação de vigência contratual superior ao exercício financeiro correspondente.

JUSTIFICATIVA



A contratação de Médico Veterinário para atuação junto ao Instituto Mineiro de Agropecuária é necessária para garantir a continuidade, eficiência e regularidade das ações de defesa sanitária animal, fiscalização agropecuária e inspeção de produtos de origem animal no âmbito do município e da região atendida. O profissional atuará diretamente no desenvolvimento de atividades técnicas essenciais à proteção da saúde animal, da saúde pública e da segurança alimentar, contribuindo para o controle sanitário dos rebanhos e para o cumprimento da legislação agropecuária vigente.

Entre as atribuições a serem desempenhadas estão a execução de ações de defesa sanitária animal, incluindo prevenção, controle e erradicação de doenças de interesse econômico e de saúde pública, bem como a realização de fiscalizações e inspeções em propriedades rurais, eventos pecuários e estabelecimentos relacionados à produção e comercialização de produtos de origem animal. Também caberá ao profissional a emissão e controle de Guias de Trânsito Animal (GTA), certificação sanitária de estabelecimentos e granjas, fiscalização de eventos pecuários, além do licenciamento e fiscalização de estabelecimentos que comercializam produtos veterinários.

O médico veterinário ainda será responsável pelo atendimento e orientação a produtores rurais e à população em geral, participação em ações educativas, treinamentos, campanhas sanitárias, elaboração de relatórios técnicos, pareceres e demais documentos necessários ao desenvolvimento das atividades institucionais. Dessa forma, a contratação mostra-se indispensável para assegurar o adequado funcionamento das atividades finalísticas do IMA, evitando prejuízos à defesa agropecuária, riscos sanitários, disseminação de doenças e impactos econômicos ao setor produtivo local e regional, sendo prevista carga horária de 30 (trinta) horas semanais, conforme a necessidade operacional do serviço.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

A solução consiste no credenciamento e contratação de pessoas jurídicas para prestação de serviços especializados de medicina veterinária, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuação junto ao Instituto Mineiro de Agropecuária, visando atender às demandas permanentes relacionadas à defesa sanitária animal, fiscalização agropecuária, inspeção sanitária e apoio técnico às atividades institucionais desenvolvidas pelo órgão.

O serviço compreenderá a execução contínua de atividades técnicas especializadas, incluindo ações de prevenção, controle e erradicação de doenças animais de interesse econômico e de saúde pública, realização de fiscalizações e inspeções em propriedades rurais, estabelecimentos agropecuários, eventos pecuários e locais de comercialização de produtos de origem animal, emissão e controle de Guias de Trânsito Animal (GTA), certificações sanitárias, acompanhamento de campanhas sanitárias e demais procedimentos vinculados à defesa agropecuária estadual.



Também integra a solução a prestação de atendimento técnico e orientação a produtores rurais, responsáveis técnicos e população em geral, elaboração de relatórios, pareceres, laudos e documentos técnicos, participação em treinamentos, ações educativas e atividades correlatas necessárias ao adequado funcionamento das ações executadas pelo IMA. O profissional deverá atuar em conformidade com a legislação sanitária vigente, normas técnicas aplicáveis, diretrizes institucionais e orientações da fiscalização competente.

Considerando o ciclo de vida do objeto, a contratação abrangerá todas as etapas necessárias à adequada prestação do serviço, compreendendo planejamento das atividades, execução técnica, acompanhamento das ações sanitárias, emissão de documentos e registros obrigatórios, fiscalização dos serviços executados e avaliação contínua dos resultados obtidos. Durante toda a vigência contratual, deverá ser assegurada a manutenção da qualidade técnica dos serviços prestados, observando-se a necessidade de atendimento contínuo e eficiente das demandas institucionais, garantindo a proteção da saúde animal, da saúde pública e da cadeia produtiva agropecuária.

A solução foi definida considerando a natureza contínua e essencial das atividades desempenhadas pelo Médico Veterinário no âmbito do IMA, sendo indispensável a disponibilização de profissional habilitado, regularmente inscrito no conselho profissional competente, com capacidade técnica para execução integral das atribuições inerentes ao cargo e atendimento das demandas operacionais do órgão.

DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA POTENCIAL CONTRATAÇÃO.

Poderão participar do presente credenciamento pessoas jurídicas legalmente constituídas, com inscrição ativa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), cujo objeto social seja compatível com a prestação de serviços na área de medicina veterinária, devendo apresentar toda a documentação de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica exigida no instrumento convocatório e na legislação aplicável.

A credenciada deverá comprovar a disponibilidade de profissional Médico Veterinário devidamente habilitado para execução dos serviços, com registro ativo e regular junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV), responsabilizando-se integralmente pela execução das atividades objeto da contratação.

Os serviços deverão ser prestados de forma presencial, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, nas unidades, estabelecimentos, propriedades rurais, eventos pecuários e demais locais indicados pelo Instituto Mineiro de Agropecuária, observando-se as necessidades operacionais da Administração e as diretrizes institucionais aplicáveis.



O profissional disponibilizado deverá executar atividades relacionadas à defesa sanitária animal, fiscalização agropecuária, inspeção sanitária, vigilância epidemiológica animal, fiscalização de trânsito animal, emissão de Guias de Trânsito Animal (GTA), fiscalização de eventos pecuários, certificações sanitárias, ações educativas, atendimento técnico, elaboração de relatórios, pareceres, autos, laudos e demais documentos inerentes às atividades institucionais do IMA.

Os serviços deverão ser executados em conformidade com a legislação federal, estadual e municipal aplicável, normas técnicas, protocolos sanitários, diretrizes institucionais, regulamentos administrativos e orientações expedidas pelos órgãos competentes de controle e fiscalização agropecuária.

6.6. Caberá à credenciada garantir todas as condições necessárias à adequada execução dos serviços, incluindo a disponibilização de profissional habilitado, regular perante o conselho profissional competente e apto ao desempenho das atividades contratadas, assumindo integral responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, comerciais e demais obrigações decorrentes da contratação, não gerando qualquer vínculo trabalhista, previdenciário ou funcional com a Administração.

6.7. O profissional deverá manter conduta ética, responsabilidade funcional, urbanidade, sigilo profissional, zelo pelo patrimônio público e observância às normas administrativas e operacionais do órgão contratante, assegurando atendimento adequado às demandas institucionais e ao interesse público.

6.8. Os serviços deverão ser executados com regularidade, continuidade, eficiência e qualidade técnica, garantindo o adequado funcionamento das ações de defesa agropecuária, proteção da saúde animal, prevenção e controle de doenças, fiscalização sanitária e proteção da saúde pública.

6.9. A credenciada deverá assegurar a continuidade da prestação dos serviços, providenciando substituição imediata do profissional em casos de ausência, afastamento legal, impedimento ou qualquer situação que comprometa a execução regular das atividades contratadas.

6.10. A remuneração pelos serviços prestados será efetuada mensalmente, mediante apresentação da documentação fiscal cabível e comprovação da efetiva execução dos serviços, condicionada ao atesto da fiscalização contratual competente, observados os critérios de medição e demais condições estabelecidas no contrato.

6.11. A credenciada deverá submeter-se à fiscalização permanente da Administração, permitindo o acompanhamento integral da execução contratual, fornecendo documentos, informações e esclarecimentos sempre que solicitado, comprometendo-se a sanar imediatamente quaisquer irregularidades ou inconformidades identificadas pela fiscalização.

6.12. A execução dos serviços deverá observar rigorosamente as normas de biossegurança, vigilância sanitária, saúde ocupacional, proteção e bem-estar animal aplicáveis às atividades desenvolvidas.



6.13. Considerando tratar-se de procedimento auxiliar de credenciamento, poderá ser admitida a contratação simultânea de mais de um credenciado, quando houver necessidade administrativa devidamente justificada para garantia da continuidade, cobertura operacional ou atendimento das demandas do serviço. A distribuição das demandas observará critérios objetivos, impessoais e isonômicos previamente definidos pela Administração, podendo a totalidade da carga horária estimada ser atribuída a um único credenciado ou distribuída entre dois ou mais prestadores, conforme necessidade operacional do serviço.

6.14. A execução dos serviços observará as necessidades operacionais do Instituto Mineiro de Agropecuária, podendo os quantitativos, locais de atuação e distribuição das atividades serem ajustados conforme a demanda institucional, disponibilidade orçamentária e conveniência administrativa, sendo a remuneração vinculada aos serviços efetivamente executados e devidamente atestados pela fiscalização contratual competente.

6.15. A Administração estima, como limite máximo operacional da contratação, a necessidade de até 30 (trinta) horas semanais para atendimento das demandas institucionais do Instituto Mineiro de Agropecuária, podendo a totalidade da carga horária ser atribuída a um único credenciado ou distribuída entre dois ou mais prestadores, conforme conveniência administrativa, disponibilidade operacional, continuidade do serviço e interesse público.

6.16. A definição das escalas, distribuição da carga horária e encaminhamento das demandas entre os credenciados observará critérios objetivos, impessoais e isonômicos previamente estabelecidos pela Administração, considerando a ordem cronológica de credenciamento, sistema de rodízio sequencial obrigatório entre os credenciados ativos, disponibilidade operacional para atendimento da demanda, localização e logística de atendimento, continuidade operacional do serviço, necessidade técnica ou administrativa devidamente justificada e capacidade de atendimento da demanda no período solicitado.

6.17. A distribuição das demandas deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia, eficiência e continuidade do serviço público, sendo vedada a escolha arbitrária ou preferencial de credenciados sem justificativa técnica ou operacional.

6.18. A Administração poderá ampliar, reduzir ou remanejar a carga horária inicialmente estimada entre os credenciados, conforme necessidade do serviço, disponibilidade orçamentária e interesse público, desde que observados os critérios objetivos de distribuição previstos neste Termo de Referência.

6.19. Os critérios operacionais específicos de distribuição das demandas, escalas e carga horária poderão ser detalhados no edital, contrato ou em ato administrativo complementar da Secretaria competente, desde que respeitados os princípios da impessoalidade, transparência, isonomia e eficiência administrativa.



MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto ocorrerá de forma indireta, por meio de credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de medicina veterinária, regime de execução contínua por preço mensal, conforme demanda do Instituto Mineiro de Agropecuária, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital de credenciamento e na legislação aplicável.

7.2. Os serviços serão prestados de forma presencial e contínua, conforme necessidade da Administração, podendo as demandas serem distribuídas entre um ou mais credenciados, de acordo com a disponibilidade operacional, escala de atendimento, capacidade técnica dos prestadores e interesse público, respeitados os quantitativos estimados e a disponibilidade orçamentária.

7.3. A Administração estima a necessidade de até 30 (trinta) horas semanais para execução dos serviços objeto deste credenciamento, podendo a carga horária ser atribuída integralmente a um único credenciado ou distribuída entre dois ou mais prestadores, conforme necessidade operacional, disponibilidade dos credenciados e interesse da Administração.

7.4. A definição das escalas, locais de atuação, distribuição das horas e encaminhamento das demandas ocorrerá de forma objetiva, isonômica e impessoal, mediante critérios previamente estabelecidos pela Administração, podendo ser adotado sistema de rodízio sequencial obrigatório, divisão proporcional ou outro critério administrativo compatível com a natureza do credenciamento.

7.5. Os serviços compreenderão a execução de atividades relacionadas à defesa sanitária animal, fiscalização agropecuária, inspeção sanitária, emissão de Guias de Trânsito Animal (GTA), fiscalização de eventos pecuários, certificações sanitárias, elaboração de documentos técnicos, atendimento a produtores rurais e demais atividades inerentes às competências institucionais do IMA.

7.6. A execução dos serviços deverá observar rigorosamente a legislação vigente, normas técnicas, protocolos sanitários, diretrizes institucionais e orientações expedidas pelos órgãos competentes, garantindo a continuidade, eficiência e qualidade técnica das atividades desenvolvidas.

7.7. A remuneração ocorrerá mensalmente, conforme disponibilidade e execução regular dos serviços contratados e devidamente atestados pela fiscalização contratual competente, mediante apresentação da documentação fiscal correspondente.

MODELO DE GESTÃO E DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O gestor do contrato será o servidor Francisco Magalhães Nunes de Jesus – Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural, indicado nos termos da Lei 14.133/2021, para cumprir com as obrigações estipuladas no art. 9º do Decreto Municipal nº 5559 de 03 de janeiro de 2024 e todas as demais obrigações definidas por atos normativos próprios.



8.2. O fiscal do contrato será o servidor Yasmin Gabrielly Araujo Queiroz- Chefe de Divisão de Agricultura, indicado nos termos da Lei 14.133/2.021, para cumprir com as obrigações estipuladas no art. 10 do Decreto Municipal nº 5559 de 03 de janeiro de 2024 e todas as demais obrigações definidas por atos normativos próprios.

8.3. A fiscalização do contrato não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por irregularidades, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior.

DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Constituir-se-ão obrigações da CONTRATADA, além das demais previstas no Contrato, neste Termo de Referência e na legislação aplicável:

I – Executar os serviços contratados de forma contínua, eficiente, regular e em conformidade com as condições estabelecidas no edital, no contrato, nas normas técnicas aplicáveis e nas diretrizes do Instituto Mineiro de Agropecuária;

II – Disponibilizar profissional Médico Veterinário devidamente habilitado, com registro ativo e regular junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV), responsabilizando-se integralmente pela execução técnica dos serviços;

III – Cumprir integralmente as escalas, horários, locais de atuação e demandas encaminhadas pela Administração, observando a carga horária estabelecida e garantindo a continuidade da prestação dos serviços;

IV – Substituir imediatamente o profissional disponibilizado em casos de ausência, afastamento, impedimento legal ou qualquer situação que comprometa a adequada execução do objeto, sem prejuízo à continuidade dos serviços;

V – Executar os serviços em conformidade com a legislação vigente, protocolos sanitários, normas de biossegurança, orientações técnicas e demais regulamentos aplicáveis às atividades de defesa agropecuária e saúde animal;

VI – Comunicar imediatamente à Administração, por escrito, qualquer anormalidade, irregularidade, impedimento ou fato relevante que possa comprometer a execução dos serviços, ainda que a solução não seja de sua competência;

VII – Prestar todos os esclarecimentos, informações, documentos, relatórios e demais elementos solicitados pela Administração ou pela fiscalização contratual;

VIII – Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, comerciais, civis e demais obrigações decorrentes da execução contratual, inexistindo qualquer vínculo empregatício entre a Administração Pública e os profissionais disponibilizados pela contratada;

IX – Manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições de habilitação, qualificação técnica e regularidade fiscal exigidas no procedimento de credenciamento;

X – Responsabilizar-se pela conduta ética e profissional de seus empregados, prepostos e colaboradores, assegurando atendimento adequado, urbanidade, sigilo das informações, zelo pelo patrimônio público e observância às normas administrativas do órgão contratante;

XI – Permitir e facilitar a atuação da fiscalização contratual, disponibilizando acesso às informações e documentos relacionados à execução dos serviços;



XII – Corrigir, às suas expensas e de forma imediata, quaisquer falhas, irregularidades ou inconformidades identificadas pela Administração durante a execução contratual;

XIII – Responder pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração, a terceiros ou ao patrimônio público em decorrência de culpa ou dolo na execução dos serviços;

XIV – Manter absoluto sigilo sobre informações, documentos, dados e procedimentos aos quais tiver acesso em razão da execução contratual, observando a legislação aplicável.

Parágrafo único. A ausência ou omissão da fiscalização da Administração não eximirá a contratada das responsabilidades previstas neste instrumento, tampouco reduzirá suas obrigações contratuais e legais.

DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

Constituir-se-ão obrigações da ADMINISTRAÇÃO, além das demais previstas no Contrato, neste Termo de Referência e na legislação aplicável:

I – Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, por meio de servidor ou comissão formalmente designada;

II – Efetuar os pagamentos devidos à contratada nos prazos e condições estabelecidos no contrato, mediante comprovação da efetiva execução dos serviços e apresentação da documentação fiscal cabível;

III – Disponibilizar à contratada as informações, orientações, normas, fluxos operacionais e demais elementos necessários à adequada execução do objeto;

IV – Definir e informar previamente as escalas, locais de atuação, distribuição das demandas e demais condições operacionais relacionadas à execução dos serviços;

V – Notificar formalmente a contratada acerca de irregularidades, falhas, defeitos ou inconformidades verificadas na execução contratual, concedendo prazo para regularização, quando cabível;

VI – Recusar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, no contrato ou na legislação aplicável;

VII – Aplicar as sanções administrativas cabíveis nos casos de descumprimento contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

VIII – Prestar os esclarecimentos e informações que venham a ser solicitados pela contratada e que sejam necessários à execução dos serviços;

IX – Zelar pela observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e interesse público durante toda a execução contratual.

DO PAGAMENTO

O pagamento será realizado mensalmente, conforme os serviços efetivamente executados e devidamente atestados pela fiscalização contratual competente, por crédito em conta corrente na instituição bancária indicada pela contratada ou pela Secretaria Municipal de Finanças, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto e apresentação da Nota Fiscal devidamente aprovada.



11.2. A contratada fará jus apenas aos valores correspondentes aos serviços efetivamente executados e devidamente atestados pela fiscalização.

11.3. Em caso de Processo Administrativo de apuração de responsabilidade, a contratante poderá deduzir o valor de multas impostas do saldo a pagar.

11.4. A Contratada deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação e consequentemente lançado na Nota de Empenho e no presente Contrato.

11.5. Para a retenção do IR incidente na fonte de que trata o Decreto 5503/23, o contratado deverá apresentar a nota fiscal (acompanhada da autenticidade de NFE), fatura, boleto bancário ou outro meio de cobrança com a indicação do valor bruto para o fornecimento do bem e/ou prestação do serviço e montante correspondente ao IR a ser retido encontrado após a aplicação da alíquota encontrada na Instrução Normativa RFB nº 1.234/12, suas posteriores alterações ou outra(s) norma(s) que vier(em) a substituí-la. Ficando vedada a apresentação exclusiva de DANFE.

11.6. A impossibilidade técnica de destaque do montante correspondente ao IR incidente na fonte calculado na forma do Decreto 5503/23 no documento apto para cobrança não impede a retenção dos valores, não se responsabilizando o Município ou suas entidades por eventual desencontro entre o Comprovante Anual de Retenção entregue ao contratado e a Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte apresentada à União Federal.

11.7. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas a Contratada.

11.8. O Fornecedor deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu a celebração do presente Contrato.

11.9 - O Contratante poderá reter o pagamento da prestação dos serviços, nos seguintes casos:

I – Imperfeição na prestação dos serviços;

II – Obrigação do Contratado com terceiros que, eventualmente, possa prejudicar o Contratante;

III – Débito do Contratado para com o Contratante quer provenha da execução do contrato, quer resulte de outras obrigações;

DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

12.1- O contrato terá vigência a contar da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, nos termos da Lei nº 14.133/2021, observada a existência de dotação orçamentária e o interesse da Administração.

12.2- A estimativa quantitativa e financeira da presente contratação foi elaborada considerando o período potencial de 12 (doze) meses de execução contratual, inclusive para fins de eventual prorrogação, observadas as hipóteses legais previstas na Lei nº 14.133/2021. Todavia, considerando o encerramento do exercício financeiro vigente em 31 de dezembro de 2026, serão inicialmente



empenhadas apenas as parcelas correspondentes ao período de execução dentro do exercício corrente, ficando as despesas relativas ao período subsequente condicionadas à existência de dotação orçamentária e à formalização de eventual prorrogação contratual.

ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 48.120,00 (quarenta e oito mil, cento e vinte reais)**.

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

14.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das dotações abaixo, do Orçamento do Município em vigor, ou das que vierem a substituí-las nos próximos exercícios:

FICHA (263) – DOTAÇÃO 02.07.01.04.122.0010.2051.3.3.90.39 – FR 1.500.000

As respectivas dotações para vinculação das despesas concernentes ao exercício de 2026 serão consignadas no orçamento próprio de 2026.

DA HABILITAÇÃO

15.1. QUANTO À HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Documento oficial de identificação com foto e CPF do(s) sócio(s), administrador(es) ou representante(s) legal(is) da empresa;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado de suas alterações posteriores ou da consolidação respectiva, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado da ata de eleição da diretoria em exercício;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Procuração ou documento equivalente, quando o representante legal da empresa não constar nos atos constitutivos apresentados.

15.2. QUANTO À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal e Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da legislação vigente;
- c) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);



- d) Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da credenciada;
- e) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da credenciada;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho;
- g) As certidões positivas com efeitos de negativas serão aceitas como comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos da legislação aplicável.

15.3. QUANTO À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou execução patrimonial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data de apresentação, salvo prazo diverso constante no próprio documento;
- b) Balanço patrimonial, demonstrações contábeis e demonstração do resultado do exercício referentes aos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
- c) As empresas constituídas há menos de 02 (dois) anos deverão apresentar balanço de abertura ou balanço patrimonial proporcional ao período de existência da sociedade, devidamente registrado na forma da lei;
- d) O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador legalmente habilitado e pelo representante legal da empresa, quando exigível.

15.4. QUANTO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Comprovação de registro ou inscrição da empresa junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV), na condição de pessoa jurídica, dentro do prazo de validade;
- b) Comprovação de registro ativo e regular do(s) profissional(is) Médico(s) Veterinário(s) responsável(is) pela execução dos serviços junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV);
- c) Indicação de responsável técnico pela execução dos serviços, com comprovação de vínculo com a empresa mediante contrato social, vínculo empregatício, contrato de prestação de serviços ou outro documento juridicamente válido;
- d) Comprovação de que o(s) profissional(is) indicado(s) possui(em) formação e habilitação compatíveis com as atividades objeto do credenciamento;
- e) Apresentação de atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto deste credenciamento;
- f) Alvará de funcionamento da empresa, quando exigível pela legislação local;
- g) Demais licenças, autorizações, registros ou documentos técnicos eventualmente exigidos pela legislação aplicável à atividade objeto da contratação.

15.5. A documentação de habilitação poderá ser apresentada a qualquer tempo durante a vigência do credenciamento, sendo analisada conforme a ordem cronológica de protocolo.

15.6. A manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas será obrigatória durante toda a vigência do credenciamento e da execução contratual, podendo a Administração solicitar sua atualização ou reapresentação a qualquer tempo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG



15.7. A ausência, irregularidade ou vencimento de qualquer documento exigido poderá ensejar a inabilitação da interessada ou a suspensão do credenciamento até a regularização da pendência, observados o contraditório e a ampla defesa.

DA PREVISÃO LEGAL

A presente contratação fundamenta-se no art. 79 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante procedimento auxiliar de credenciamento.

DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do futuro instrumento, será competente o do foro da Comarca de Iturama-MG.



ANEXO II – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2026

O **MUNICÍPIO DE UNIÃO DE MINAS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº , com sede em 01.051.819/0001-40, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **GEOVA TOMAZ DE ALMEIDA**, e **XXX**, inscrito no CNPJ/CPF nº 000, com endereço em **XXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar este contrato, em decorrência do **PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INEXIGIBILIDADE DECORRENTE DE CREDENCIAMENTO Nº 4/2026**, **HOMOLOGADO EM 00/00/2026**, diante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS (art. 92, I)

O objeto deste contrato é o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÉDICO VETERINÁRIO, COM CARGA HORÁRIA DE ATÉ 30 (TRINTA) HORAS SEMANAIS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA, CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.**

CLÁUSULA SEGUNDA: VINCULAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INEXIGIBILIDADE DECORRENTE DE CREDENCIAMENTO (art. 92, II)

2.1. Este contrato é vinculado ao edital do **PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INEXIGIBILIDADE DECORRENTE DE CREDENCIAMENTO Nº 4/2026**.

2.2. O **PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INEXIGIBILIDADE DECORRENTE DE CREDENCIAMENTO nº 4/2026** é derivado do **Procedimento LICITATÓRIO Nº 47/2026**, que credenciou o **CONTRATADO em 00/00/2026** por meio do ato legal conforme contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

3.1. Este contrato rege-se pelas disposições expressas na **Lei nº 14.133/2021** e pelos preceitos



de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

3.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito

CLÁUSULA QUARTA: O PREÇO (art. 92, V)

4.1. Pelo fornecimento estimado do objeto previsto nesta Cláusula, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o **valor total de R\$ XXXXXXXX** conforme tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO MAXIMO	VALOR TOTAL MÁXIMO
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÉDICO VETERINÁRIO, COM CARGA HORÁRIA DE ATÉ 30 (TRINTA) HORAS SEMANAIS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA.	12	MÊS	R\$ xxxxxxxx	R\$ xxxxxxxx

A estimativa quantitativa de 12 (doze) meses possui caráter meramente referencial e foi adotada para fins de planejamento administrativo, estimativa de consumo e eventual necessidade de prorrogação contratual, não implicando obrigação de vigência contratual superior ao exercício financeiro correspondente.

JUSTIFICATIVA

A contratação de Médico Veterinário para atuação junto ao Instituto Mineiro de Agropecuária é necessária para garantir a continuidade, eficiência e regularidade das ações de defesa sanitária animal, fiscalização agropecuária e inspeção de produtos de origem animal no âmbito do município e da região atendida. O profissional atuará diretamente no desenvolvimento de atividades técnicas essenciais à proteção da saúde animal, da saúde pública e da segurança alimentar, contribuindo para o controle sanitário dos rebanhos e para o cumprimento da legislação agropecuária vigente.



Entre as atribuições a serem desempenhadas estão a execução de ações de defesa sanitária animal, incluindo prevenção, controle e erradicação de doenças de interesse econômico e de saúde pública, bem como a realização de fiscalizações e inspeções em propriedades rurais, eventos pecuários e estabelecimentos relacionados à produção e comercialização de produtos de origem animal. Também caberá ao profissional a emissão e controle de Guias de Trânsito Animal (GTA), certificação sanitária de estabelecimentos e granjas, fiscalização de eventos pecuários, além do licenciamento e fiscalização de estabelecimentos que comercializam produtos veterinários.

O médico veterinário ainda será responsável pelo atendimento e orientação a produtores rurais e à população em geral, participação em ações educativas, treinamentos, campanhas sanitárias, elaboração de relatórios técnicos, pareceres e demais documentos necessários ao desenvolvimento das atividades institucionais. Dessa forma, a contratação mostra-se indispensável para assegurar o adequado funcionamento das atividades finalísticas do IMA, evitando prejuízos à defesa agropecuária, riscos sanitários, disseminação de doenças e impactos econômicos ao setor produtivo local e regional, sendo prevista carga horária de 30 (trinta) horas semanais, conforme a necessidade operacional do serviço.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

A solução consiste no credenciamento e contratação de pessoas jurídicas para prestação de serviços especializados de medicina veterinária, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, para atuação junto ao Instituto Mineiro de Agropecuária, visando atender às demandas permanentes relacionadas à defesa sanitária animal, fiscalização agropecuária, inspeção sanitária e apoio técnico às atividades institucionais desenvolvidas pelo órgão.

O serviço compreenderá a execução contínua de atividades técnicas especializadas, incluindo ações de prevenção, controle e erradicação de doenças animais de interesse econômico e de saúde pública, realização de fiscalizações e inspeções em propriedades rurais, estabelecimentos agropecuários, eventos pecuários e locais de comercialização de produtos de origem animal, emissão e controle de Guias de Trânsito Animal (GTA), certificações sanitárias, acompanhamento de campanhas sanitárias e demais procedimentos vinculados à defesa agropecuária estadual.

Também integra a solução a prestação de atendimento técnico e orientação a produtores rurais, responsáveis técnicos e população em geral, elaboração de relatórios, pareceres, laudos e documentos técnicos, participação em treinamentos, ações educativas e atividades correlatas necessárias ao adequado funcionamento das ações executadas pelo IMA. O profissional deverá atuar em conformidade com a legislação sanitária vigente, normas técnicas aplicáveis, diretrizes institucionais e orientações da fiscalização competente.



Considerando o ciclo de vida do objeto, a contratação abrangerá todas as etapas necessárias à adequada prestação do serviço, compreendendo planejamento das atividades, execução técnica, acompanhamento das ações sanitárias, emissão de documentos e registros obrigatórios, fiscalização dos serviços executados e avaliação contínua dos resultados obtidos. Durante toda a vigência contratual, deverá ser assegurada a manutenção da qualidade técnica dos serviços prestados, observando-se a necessidade de atendimento contínuo e eficiente das demandas institucionais, garantindo a proteção da saúde animal, da saúde pública e da cadeia produtiva agropecuária.

A solução foi definida considerando a natureza contínua e essencial das atividades desempenhadas pelo Médico Veterinário no âmbito do IMA, sendo indispensável a disponibilização de profissional habilitado, regularmente inscrito no conselho profissional competente, com capacidade técnica para execução integral das atribuições inerentes ao cargo e atendimento das demandas operacionais do órgão.

DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA POTENCIAL CONTRATAÇÃO.

Poderão participar do presente credenciamento pessoas jurídicas legalmente constituídas, com inscrição ativa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), cujo objeto social seja compatível com a prestação de serviços na área de medicina veterinária, devendo apresentar toda a documentação de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica exigida no instrumento convocatório e na legislação aplicável.

A credenciada deverá comprovar a disponibilidade de profissional Médico Veterinário devidamente habilitado para execução dos serviços, com registro ativo e regular junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV), responsabilizando-se integralmente pela execução das atividades objeto da contratação.

Os serviços deverão ser prestados de forma presencial, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, nas unidades, estabelecimentos, propriedades rurais, eventos pecuários e demais locais indicados pelo Instituto Mineiro de Agropecuária, observando-se as necessidades operacionais da Administração e as diretrizes institucionais aplicáveis.

O profissional disponibilizado deverá executar atividades relacionadas à defesa sanitária animal, fiscalização agropecuária, inspeção sanitária, vigilância epidemiológica animal, fiscalização de trânsito animal, emissão de Guias de Trânsito Animal (GTA), fiscalização de eventos pecuários, certificações sanitárias, ações educativas, atendimento técnico, elaboração de relatórios, pareceres, autos, laudos e demais documentos inerentes às atividades institucionais do IMA.



Os serviços deverão ser executados em conformidade com a legislação federal, estadual e municipal aplicável, normas técnicas, protocolos sanitários, diretrizes institucionais, regulamentos administrativos e orientações expedidas pelos órgãos competentes de controle e fiscalização agropecuária.

6.6. Caberá à credenciada garantir todas as condições necessárias à adequada execução dos serviços, incluindo a disponibilização de profissional habilitado, regular perante o conselho profissional competente e apto ao desempenho das atividades contratadas, assumindo integral responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, comerciais e demais obrigações decorrentes da contratação, não gerando qualquer vínculo trabalhista, previdenciário ou funcional com a Administração.

6.7. O profissional deverá manter conduta ética, responsabilidade funcional, urbanidade, sigilo profissional, zelo pelo patrimônio público e observância às normas administrativas e operacionais do órgão contratante, assegurando atendimento adequado às demandas institucionais e ao interesse público.

6.8. Os serviços deverão ser executados com regularidade, continuidade, eficiência e qualidade técnica, garantindo o adequado funcionamento das ações de defesa agropecuária, proteção da saúde animal, prevenção e controle de doenças, fiscalização sanitária e proteção da saúde pública.

6.9. A credenciada deverá assegurar a continuidade da prestação dos serviços, providenciando substituição imediata do profissional em casos de ausência, afastamento legal, impedimento ou qualquer situação que comprometa a execução regular das atividades contratadas.

6.10. A remuneração pelos serviços prestados será efetuada mensalmente, mediante apresentação da documentação fiscal cabível e comprovação da efetiva execução dos serviços, condicionada ao atesto da fiscalização contratual competente, observados os critérios de medição e demais condições estabelecidas no contrato.

6.11. A credenciada deverá submeter-se à fiscalização permanente da Administração, permitindo o acompanhamento integral da execução contratual, fornecendo documentos, informações e esclarecimentos sempre que solicitado, comprometendo-se a sanar imediatamente quaisquer irregularidades ou inconformidades identificadas pela fiscalização.

6.12. A execução dos serviços deverá observar rigorosamente as normas de biossegurança, vigilância sanitária, saúde ocupacional, proteção e bem-estar animal aplicáveis às atividades desenvolvidas.

6.13. Considerando tratar-se de procedimento auxiliar de credenciamento, poderá ser admitida a contratação simultânea de mais de um credenciado, quando houver necessidade administrativa devidamente justificada para garantia da continuidade, cobertura operacional ou atendimento das demandas do serviço. A distribuição das demandas observará critérios objetivos, impessoais e isonômicos previamente definidos pela Administração, podendo a totalidade da carga horária estimada ser atribuída a um único credenciado ou distribuída entre dois ou mais prestadores, conforme necessidade operacional do serviço.



6.14. A execução dos serviços observará as necessidades operacionais do Instituto Mineiro de Agropecuária, podendo os quantitativos, locais de atuação e distribuição das atividades serem ajustados conforme a demanda institucional, disponibilidade orçamentária e conveniência administrativa, sendo a remuneração vinculada aos serviços efetivamente executados e devidamente atestados pela fiscalização contratual competente.

6.15. A Administração estima, como limite máximo operacional da contratação, a necessidade de até 30 (trinta) horas semanais para atendimento das demandas institucionais do Instituto Mineiro de Agropecuária, podendo a totalidade da carga horária ser atribuída a um único credenciado ou distribuída entre dois ou mais prestadores, conforme conveniência administrativa, disponibilidade operacional, continuidade do serviço e interesse público.

6.16. A definição das escalas, distribuição da carga horária e encaminhamento das demandas entre os credenciados observará critérios objetivos, impessoais e isonômicos previamente estabelecidos pela Administração, considerando a ordem cronológica de credenciamento, sistema de rodízio sequencial obrigatório entre os credenciados ativos, disponibilidade operacional para atendimento da demanda, localização e logística de atendimento, continuidade operacional do serviço, necessidade técnica ou administrativa devidamente justificada e capacidade de atendimento da demanda no período solicitado.

6.17. A distribuição das demandas deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia, eficiência e continuidade do serviço público, sendo vedada a escolha arbitrária ou preferencial de credenciados sem justificativa técnica ou operacional.

6.18. A Administração poderá ampliar, reduzir ou remanejar a carga horária inicialmente estimada entre os credenciados, conforme necessidade do serviço, disponibilidade orçamentária e interesse público, desde que observados os critérios objetivos de distribuição previstos neste Termo de Referência.

6.19. Os critérios operacionais específicos de distribuição das demandas, escalas e carga horária poderão ser detalhados no edital, contrato ou em ato administrativo complementar da Secretaria competente, desde que respeitados os princípios da impessoalidade, transparência, isonomia e eficiência administrativa.

7 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto ocorrerá de forma indireta, por meio de credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de medicina veterinária, regime de execução contínua por preço mensal, conforme demanda do Instituto Mineiro de Agropecuária, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no edital de credenciamento e na legislação aplicável.

7.2. Os serviços serão prestados de forma presencial e contínua, conforme necessidade da Administração, podendo as demandas serem distribuídas entre um ou mais credenciados, de acordo com a disponibilidade operacional, escala de atendimento, capacidade técnica dos prestadores e interesse público, respeitados os quantitativos estimados e a disponibilidade orçamentária.



7.3. A Administração estima a necessidade de até 30 (trinta) horas semanais para execução dos serviços objeto deste credenciamento, podendo a carga horária ser atribuída integralmente a um único credenciado ou distribuída entre dois ou mais prestadores, conforme necessidade operacional, disponibilidade dos credenciados e interesse da Administração.

7.4. A definição das escalas, locais de atuação, distribuição das horas e encaminhamento das demandas ocorrerá de forma objetiva, isonômica e impessoal, mediante critérios previamente estabelecidos pela Administração, podendo ser adotado sistema de rodízio sequencial obrigatório, divisão proporcional ou outro critério administrativo compatível com a natureza do credenciamento.

7.5. Os serviços compreenderão a execução de atividades relacionadas à defesa sanitária animal, fiscalização agropecuária, inspeção sanitária, emissão de Guias de Trânsito Animal (GTA), fiscalização de eventos pecuários, certificações sanitárias, elaboração de documentos técnicos, atendimento a produtores rurais e demais atividades inerentes às competências institucionais do IMA.

7.6. A execução dos serviços deverá observar rigorosamente a legislação vigente, normas técnicas, protocolos sanitários, diretrizes institucionais e orientações expedidas pelos órgãos competentes, garantindo a continuidade, eficiência e qualidade técnica das atividades desenvolvidas.

7.7. A remuneração ocorrerá mensalmente, conforme disponibilidade e execução regular dos serviços contratados e devidamente atestados pela fiscalização contratual competente, mediante apresentação da documentação fiscal correspondente.

MODELO DE GESTÃO E DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O gestor do contrato será o servidor Francisco Magalhães Nunes de Jesus – Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural, indicado nos termos da Lei 14.133/2.021, para cumprir com as obrigações estipuladas no art. 9º do Decreto Municipal nº 5559 de 03 de janeiro de 2024 e todas as demais obrigações definidas por atos normativos próprios.

8.2. O fiscal do contrato será o servidor Yasmin Gabrielly Araujo Queiroz- Chefe de Divisão de Agricultura, indicado nos termos da Lei 14.133/2.021, para cumprir com as obrigações estipuladas no art. 10 do Decreto Municipal nº 5559 de 03 de janeiro de 2024 e todas as demais obrigações definidas por atos normativos próprios.

8.3. A fiscalização do contrato não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por irregularidades, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior

Constituir-se-ão obrigações da CONTRATADA, além das demais previstas no Contrato, neste Termo de Referência e na legislação aplicável:



I – Executar os serviços contratados de forma contínua, eficiente, regular e em conformidade com as condições estabelecidas no edital, no contrato, nas normas técnicas aplicáveis e nas diretrizes do Instituto Mineiro de Agropecuária;

II – Disponibilizar profissional Médico Veterinário devidamente habilitado, com registro ativo e regular junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV), responsabilizando-se integralmente pela execução técnica dos serviços;

III – Cumprir integralmente as escalas, horários, locais de atuação e demandas encaminhadas pela Administração, observando a carga horária estabelecida e garantindo a continuidade da prestação dos serviços;

IV – Substituir imediatamente o profissional disponibilizado em casos de ausência, afastamento, impedimento legal ou qualquer situação que comprometa a adequada execução do objeto, sem prejuízo à continuidade dos serviços;

V – Executar os serviços em conformidade com a legislação vigente, protocolos sanitários, normas de biossegurança, orientações técnicas e demais regulamentos aplicáveis às atividades de defesa agropecuária e saúde animal;

VI – Comunicar imediatamente à Administração, por escrito, qualquer anormalidade, irregularidade, impedimento ou fato relevante que possa comprometer a execução dos serviços, ainda que a solução não seja de sua competência;

VII – Prestar todos os esclarecimentos, informações, documentos, relatórios e demais elementos solicitados pela Administração ou pela fiscalização contratual;

VIII – Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, comerciais, civis e demais obrigações decorrentes da execução contratual, inexistindo qualquer vínculo empregatício entre a Administração Pública e os profissionais disponibilizados pela contratada;

IX – Manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições de habilitação, qualificação técnica e regularidade fiscal exigidas no procedimento de credenciamento;

X – Responsabilizar-se pela conduta ética e profissional de seus empregados, prepostos e colaboradores, assegurando atendimento adequado, urbanidade, sigilo das informações, zelo pelo patrimônio público e observância às normas administrativas do órgão contratante;

XI – Permitir e facilitar a atuação da fiscalização contratual, disponibilizando acesso às informações e documentos relacionados à execução dos serviços;

XII – Corrigir, às suas expensas e de forma imediata, quaisquer falhas, irregularidades ou inconformidades identificadas pela Administração durante a execução contratual;

XIII – Responder pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração, a terceiros ou ao patrimônio público em decorrência de culpa ou dolo na execução dos serviços;

XIV – Manter absoluto sigilo sobre informações, documentos, dados e procedimentos aos quais tiver acesso em razão da execução contratual, observando a legislação aplicável.

Parágrafo único. A ausência ou omissão da fiscalização da Administração não eximirá a contratada das responsabilidades previstas neste instrumento, tampouco reduzirá suas obrigações contratuais e legais.

DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

Constituir-se-ão obrigações da ADMINISTRAÇÃO, além das demais previstas no Contrato, neste Termo de Referência e na legislação aplicável:



I – Coordenar, acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, por meio de servidor ou comissão formalmente designada;

II – Efetuar os pagamentos devidos à contratada nos prazos e condições estabelecidos no contrato, mediante comprovação da efetiva execução dos serviços e apresentação da documentação fiscal cabível;

III – Disponibilizar à contratada as informações, orientações, normas, fluxos operacionais e demais elementos necessários à adequada execução do objeto;

IV – Definir e informar previamente as escalas, locais de atuação, distribuição das demandas e demais condições operacionais relacionadas à execução dos serviços;

V – Notificar formalmente a contratada acerca de irregularidades, falhas, defeitos ou inconformidades verificadas na execução contratual, concedendo prazo para regularização, quando cabível;

VI – Recusar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, no contrato ou na legislação aplicável;

VII – Aplicar as sanções administrativas cabíveis nos casos de descumprimento contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

VIII – Prestar os esclarecimentos e informações que venham a ser solicitados pela contratada e que sejam necessários à execução dos serviços;

IX – Zelar pela observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e interesse público durante toda a execução contratual.

8 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. O pagamento dos serviços poderá ser feito por crédito em conta corrente na instituição bancária, **em até 30 (trinta) dias**, após recebimento definitivo pela unidade requisitante do objeto, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente aprovada.

11.2. Para o efetivo pagamento, o credenciado, empresa, deverá apresentar mensalmente à Administração da Prefeitura Municipal, a prestação dos serviços, relatório listagem de prestação de contas, devidamente carimbada e assinada.

11.3. Não poderá ser cobrado qualquer tipo de despesa senão única e o valor dos itens devidamente solicitados e recebidos.

11.4. Em caso de Processo Administrativo de apuração de responsabilidade, a contratante poderá deduzir o valor de multas impostas do saldo a pagar.

11.5. A Administração pagará ao Fornecedor o valor unitário registrado por item, conforme planilha de preços anexa, multiplicado pela quantidade solicitada, que constará da Solicitação de Fornecimento e da Nota de Empenho.

11.6. O Fornecedor deverá, obrigatoriamente, emitir Nota Fiscal/Fatura com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação e consequentemente lançado na Nota de Empenho e no futuro Contrato.



11.7. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao Fornecedor e seu pagamento ocorrerá após a data de sua reapresentação válida.

11.8. O Fornecedor deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precederá a celebração do futuro Contrato.

8.1 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.2 Para a retenção do IR incidente na fonte de que trata o Decreto 5503/23, o contratado deverá apresentar a nota fiscal (acompanhada da autenticidade de NFE), fatura, boleto bancário ou outro meio de cobrança com a indicação do valor bruto para o fornecimento do bem e/ou prestação do serviço e montante correspondente ao IR a ser retido encontrado após a aplicação da alíquota encontrada na Instrução Normativa RFB nº 1.234/12, suas posteriores alterações ou outra(s) norma(s) que vier(em) a substituí-la. Ficando vedada a apresentação exclusiva de DANFE.

11.11. A impossibilidade técnica de destaque do montante correspondente ao IR incidente na fonte calculado na forma do Decreto 5503/23 no documento apto para cobrança não impede a retenção dos valores, não se responsabilizando o Município ou suas entidades por eventual desconcontro entre o Comprovante Anual de Retenção entregue ao contratado e a Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte apresentada à União Federal.

12 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O contrato terá vigência a contar da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, nos termos da Lei nº 14.133/2021, observada a existência de dotação orçamentária e o interesse da Administração.

12.2- A estimativa quantitativa e financeira da presente contratação foi elaborada considerando o período potencial de 12 (doze) meses de execução contratual, inclusive para fins de eventual prorrogação, observadas as hipóteses legais previstas na Lei nº 14.133/2021. Todavia, considerando o encerramento do exercício financeiro vigente em 31 de dezembro de 2026, serão inicialmente empenhadas apenas as parcelas correspondentes ao período de execução dentro do exercício corrente, ficando as despesas relativas ao período subsequente condicionadas à existência de dotação orçamentária e à formalização de eventual prorrogação contratual.

13 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado total da contratação é de **R\$ 48.120,00 (quarenta e oito mil, cento e vinte reais).**



14 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas ocorrerão em conformidade com os recursos previstos em dotação própria sob a rubrica orçamentária:

FICHA (263) – DOTAÇÃO 02.07.01.04.122.0010.2051.3.3.90.39 – FR 1.500.000

15 DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

15.1. QUANTO À HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Documento oficial de identificação com foto e CPF do(s) sócio(s), administrador(es) ou representante(s) legal(is) da empresa;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, acompanhado de suas alterações posteriores ou da consolidação respectiva, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado da ata de eleição da diretoria em exercício;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Procuração ou documento equivalente, quando o representante legal da empresa não constar nos atos constitutivos apresentados.

15.2. QUANTO À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal e Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da legislação vigente;
- c) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- d) Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da credenciada;
- e) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da credenciada;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho;
- g) As certidões positivas com efeitos de negativas serão aceitas como comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos da legislação aplicável.

15.3. QUANTO À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou execução patrimonial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data de apresentação, salvo prazo diverso constante no próprio documento;
- b) Balanço patrimonial, demonstrações contábeis e demonstração do resultado do exercício referentes aos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;



- c) As empresas constituídas há menos de 02 (dois) anos deverão apresentar balanço de abertura ou balanço patrimonial proporcional ao período de existência da sociedade, devidamente registrado na forma da lei;
- d) O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador legalmente habilitado e pelo representante legal da empresa, quando exigível.

15.4. QUANTO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

15.5.

- a) Comprovação de registro ou inscrição da empresa junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV), na condição de pessoa jurídica, dentro do prazo de validade;
- b) Comprovação de registro ativo e regular do(s) profissional(is) Médico(s) Veterinário(s) responsável(is) pela execução dos serviços junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV);
- c) Indicação de responsável técnico pela execução dos serviços, com comprovação de vínculo com a empresa mediante contrato social, vínculo empregatício, contrato de prestação de serviços ou outro documento juridicamente válido;
- d) Comprovação de que o(s) profissional(is) indicado(s) possui(em) formação e habilitação compatíveis com as atividades objeto do credenciamento;
- e) Apresentação de atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto deste credenciamento;
- f) Alvará de funcionamento da empresa, quando exigível pela legislação local;
- g) Demais licenças, autorizações, registros ou documentos técnicos eventualmente exigidos pela legislação aplicável à atividade objeto da contratação.

15.5. A documentação de habilitação poderá ser apresentada a qualquer tempo durante a vigência do credenciamento, sendo analisada conforme a ordem cronológica de protocolo.

15.6. A manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas será obrigatória durante toda a vigência do credenciamento e da execução contratual, podendo a Administração solicitar sua atualização ou reapresentação a qualquer tempo.

15.7. A ausência, irregularidade ou vencimento de qualquer documento exigido poderá ensejar a inabilitação da interessada ou a suspensão do credenciamento até a regularização da pendência, observados o contraditório e a ampla defesa.

16 DA PREVISÃO LEGAL

A contratação tem fundamento legal nos termos da Lei 14.133/21.

17 DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do futuro instrumento, será competente o do foro da Comarca de Iturama-MG.



CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

18.1 Em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o CONTRATANTE, para a execução do objeto deste contrato, poderá, quando necessário, ter acesso aos dados pessoais dos representantes da CONTRATADA.

18.2. As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

18.3 . O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 7º, 11 e/ou 14 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

18.4. O tratamento seja limitado para o alcance das finalidades do objeto contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação de legislação municipal, judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD;

18.5. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria execução do objeto, esta será realizada após prévia aprovação CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.

18.5.1. Eventualmente, podem as partes convencionar que o CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares;

18.5.2. Quando houver coleta e armazenamento de dados pessoais, a prática utilizada e os sistemas utilizados que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, devem seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.

18.5.3. Quando for o caso, os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle de acesso baseado em função e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

18.6. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais, incluindo, sem prejuízo da



Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

18.7. Os dados pessoais não poderão ser revelados, transferidos, compartilhados, comunicados ou de qualquer outra forma facultar acesso, no todo ou em parte, a terceiros, mesmo de forma agregada ou anonimizada, com exceção da prévia autorização por escrito da CONTRATANTE, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas informações.

18.8. No caso de haver transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, aplicam-se as regras previstas no Decreto Municipal nº 000/202X, que regulamenta a Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

18.9. A CONTRATADA oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança administrativas, organizativas, técnicas e físicas apropriadas para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais e as especificará formalmente ao CONTRATANTE, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros.

18.10. A CONTRATADA deverá utilizar medidas com nível de segurança adequadas em relação aos riscos, para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental ou indevida, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizado, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão eletrônica, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação.

18.11. As partes zelarão pelo cumprimento das medidas de segurança.

18.12. A CONTRATADA deverá acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização). O eventual acesso às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, por prazo indeterminado.

18.13. A CONTRATADA deverá garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados. Deverá assegurar que todos os seus colaboradores, citados acima, que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da CONTRATANTE, assinaram Acordo de Confidencialidade com a CONTRATADA.

18.13.1. Ainda a CONTRATADA treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados, assim fornecendo conhecimento formal sobre as obrigações e condições acordadas neste contrato, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE.

18.14. As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos



direitos dos Titulares previstos na Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.

18.15. Uma parte deverá informar à outra, sempre que receber uma solicitação de um Titular de Dados, a respeito de dados pessoais da outra parte, abstendo-se de responder qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas ou conforme exigido pela Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

18.16. O Encarregado da CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado do CONTRATANTE, e fica obrigado a notificar ao CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas apartir da ciência da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais de que venha a ter conhecimento (ainda que suspeito), qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), devendo a parte responsável, em até 10 (dez) dias corridos, tomar as medidas necessárias.

18.17. A critério do Encarregado de Dados do CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

18.18. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo CONTRATANTE, eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

18.18.1. Ainda que encerrada vigência deste instrumento, os deveres previstos nas presentes cláusulas devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

18.19. Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

18.19.1. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à CONTRATANTE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: PUBLICAÇÃO

19.1 Este contrato será publicado no prazo máximo **de 05 (cinco) dias úteis** a contar da assinaturas das partes (art. 94, I da Lei nº 14.133/2021).

a) Para fins de garantir a ampla publicidade, este contrato e seu extrato serão divulgados:



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG



- b) Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, a partir da adoção pelo Município (art. 176, III c/c p. ú. da Lei nº 14.133/2021);
- c) Página do Município de UNIÃO DE MINAS (<https://uniaodeminas.mg.gov.br/>);
- d) Diário Oficial dos Municípios – AMM (art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021).

UNIÃO DE MINAS, xxxxxxxxxxxx de 2026.

Município de União de Minas
Geova Tomaz de Almeida
Prefeito Municipal
Contratante

Nome da empresa
CNPJ sob o nº. xxxxxxxxx

Testemunhas:

xxxxxxxxxxx

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx



ANEXO III

DECLARAÇÕES DO DECRETO 5503/23

DECLARAÇÃO PARA CONTRATADOS AMPARADOS POR IMUNIDADE

Ilmo. Sr.

(Autoridade a quem se dirige)

(Nome da instituição), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o n. (inserir numeração) DECLARA ao Município de União de Minas que não está sujeita à retenção do IR incidente na fonte a que se refere o art. 64, Lei n. 9.430/1996, por se enquadrar na hipótese de imunidade prevista no (identificar o artigo da Constituição Federal) e que atende aos requisitos previstos na Lei (identificar a lei e os requisitos conforme o caso).

O signatário declara neste ato, sob as penas do art. 299 do Decreto-Lei n. 2.848/1940 e do art. 1.º, Lei nº 8.137/1990, e para os fins do art. 32, Lei n. 9.430/1996, que:

- a) é representante legal da instituição e assume o compromisso de informar, imediatamente, ao Município de União de Minas, qualquer alteração na situação acima declarada;
- b) os valores recebidos referem-se a receitas relacionadas com as finalidades para as quais foram instituídas.

(Local e data)

(Assinatura do Responsável)



DECLARAÇÃO PARA CONTRATADOS AMPARADOS POR ISENÇÃO

Ilmo. Sr.

(Autoridade a quem se dirige)

(Nome da instituição), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o n. (inserir numeração) DECLARA ao Município de União de Minas que não está sujeita à retenção do IR incidente na fonte a que se refere o art. 64, Lei n. 9.430/1996, por se enquadrar na hipótese de isenção prevista no (identificar o artigo e respectiva lei que prevê a hipótese de isenção) e que atende aos requisitos previstos na Lei (identificar a lei e os requisitos conforme o caso).

O signatário declara neste ato, sob as penas do art. 299 do Decreto-Lei n. 2.848/1940 e do art. 1.º, Lei nº 8.137/1990, e para os fins do art. 32, Lei n. 9.430/1996, que:

- a) é representante legal da instituição e assume o compromisso de informar, imediatamente, ao Município de União de Minas, qualquer alteração na situação acima declarada;
- b) os valores recebidos referem-se a receitas relacionadas com as finalidades para as quais foram instituídas.

(Local e data)

(Assinatura do Responsável)



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG



ANEXO I

DECLARAÇÃO PARA CONTRATADOS AMPARADOS POR IMUNIDADE

Ilmo. Sr.

(Autoridade a quem se dirige)

(Nome da instituição), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o n. (inserir numeração) DECLARA ao Município de União de Minas que não está sujeita à retenção do IR incidente na fonte a que se refere o art. 64, Lei n. 9.430/1996, por se enquadrar na hipótese de imunidade prevista no (identificar o artigo da Constituição Federal) e que atende aos requisitos previstos na Lei (identificar a lei e os requisitos conforme o caso).

O signatário declara neste ato, sob as penas do art. 299 do Decreto-Lei n. 2.848/1940 e do art. 1.º, Lei nº 8.137/1990, e para os fins do art. 32, Lei n. 9.430/1996, que:

- a) é representante legal da instituição e assume o compromisso de informar, imediatamente, ao Município de União de Minas, qualquer alteração na situação acima declarada;
- b) os valores recebidos referem-se a receitas relacionadas com as finalidades para as quais foram instituídas.

(Local e data)

(Assinatura do Responsável)



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG



Art. 2.º. Os órgãos da Administração Pública Municipal Direta e a Administração Pública Municipal Indireta devem proceder à retenção do IR incidente na fonte sobre qualquer forma de pagamento a fornecedores de bens e prestadores de serviços, inclusive aqueles antecipados.

Parágrafo único. Os pagamentos efetuados em desconformidade ao que dispõe este Decreto após sua vigência poderá, após regular processo administrativo, caracterizar o ato omissivo, culposo ou doloso, nos termos da lei.

Art. 3.º. São fornecedores de bens e prestadores de serviços sujeitos à incidência do IR na fonte as pessoas, físicas ou jurídicas, residentes/sediadas ou não no Município, devidamente contratadas pela Municipalidade.

Parágrafo único. Sujeitam-se à retenção do IR incidente na fonte todos os pagamentos decorrentes de contratos vigentes formalizados com o Município ou com suas entidades, bem como aqueles que vierem a ser formalizados após a publicação deste Decreto.

Art. 4.º. Não estão sujeitos à retenção do IR incidente na fonte aqueles pagamentos em que:

I - o contratado e/ou objeto contrato esteja amparado por hipótese de imunidade;

II - o contratado e/ou objeto contrato esteja amparado por hipótese de isenção;

III - o contratado que seja optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – Simples Nacional;

§ 1.º. Os contratados de que trata os incisos I, II e III do *caput* deverão formalizar à Municipalidade ou suas entidades, no ato da assinatura do contrato e de sua eventual prorrogação, a declaração de que se enquadram às exceções acima, observando os modelos constantes dos Anexos I, II e III, respectivamente.

§ 2.º. Os contratados de que trata os incisos I, II e III do *caput* que já estejam com contratos formalizados na data de início da vigência deste Decreto deverão formalizar a declaração de que trata os Anexos I, II e III, conforme o caso, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data do recebimento da comunicação prevista no art. 13, ou no ato da entrega do documento apto para a cobrança, o que ocorrer primeiro.

§ 3.º. Sem prejuízo no disposto nos parágrafos primeiro e segundo, os contratados que se enquadrem nas hipóteses dos incisos I e II do *caput* deverão comprovar que

Avenida Cinco, 1137 - Centro - União de Minas/MG | CEP 38.288-000 | CNPJ: 01.051.819/0001-40
Telefone: (34) 3456-1900 | e-mail: adm@uniãodeminas.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG



atendem a todos os requisitos previstos no ordenamento jurídico brasileiro para a imunidade/isenção a que tem direito.

§ 4.º. Sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro, segundo e terceiro, as instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos (Art. 12, Lei n. 9.532/1997) abrangidas por hipótese de imunidade e aquelas instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e as associações civis (Art. 15, Lei n. 9.532/1997), amparadas por hipóteses de isenção, deverão também apresentar o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS.

§ 5.º. O contratado de que trata o inciso III do *caput* deverá informar ao Município de União de Minas ou às suas entidades, qualquer seja seu contratante, da alteração da condição de optante pelo regime tributário do Simples Nacional.

§ 6.º. Sem prejuízo do previsto no parágrafo anterior, o(s) servidor(es) responsáveis pelo pagamento ao contratado optante pelo regime tributário do Simples Nacional deverá(ão) verificar, a cada pagamento, a manutenção da condição de optante pelo regime privilegiado por meio de pesquisa no Portal do Simples Nacional, anexando cópia da consulta à documentação que deu origem ao pagamento.

§ 7.º. A documentação de que trata os parágrafos primeiro, segundo, terceiro e quarto, nos casos em que couber, serão anexados ao processo administrativo de contratação e constarão da documentação comprobatória do pagamento.

§ 8.º. Para a retenção do IR incidente na fonte de que trata este Decreto, o contratado deverá apresentar a nota fiscal com a indicação do valor bruto para o fornecimento do bem e/ou prestação do serviço e montante correspondente ao IR a ser retido encontrado após a aplicação da alíquota encontrada na Instrução Normativa RFB nº 1.234/12, suas posteriores alterações ou outra(s) norma(s) que vier(em) a substituí-la.

Art. 5.º. O IR incidente na fonte recairá sobre o valor a ser pago pelo Município de União de Minas ou suas entidades ao contratado para entrega de coisa certa, aplicando-se, conforme a característica do bem entregue e/ou serviço prestado, as alíquotas previstas na Instrução Normativa RFB n. 1.234/2012, suas posteriores alterações ou outra(s) norma(s) que vier(em) a substituí-la.

§ 1.º. A base de cálculo do IR incidente na fonte de que trata este Decreto também incidirá sobre eventuais acréscimos decorrentes do atraso de pagamento, como juros, correção monetária e multa.

Avenida Cinco, 1137 - Centro - União de Minas/MG | CEP 38.288-000 | CNPJ: 01.051.819/0001-40
Telefone: (34) 3456-1900 | e-mail: adm@uniãodeminas.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG



§ 2.º. A incidência do IR na fonte de que trata este Decreto recai sobre o valor a ser pago pelo fornecimento do bem e/ou prestação do serviço, não sujeitando-se a qualquer dedução de base de cálculo que não esteja expressamente prevista na legislação ou normas complementares que tratam do IR.

Art. 6.º. Os critérios quantitativos previstos no art. 5.º não serão aplicados nos pagamentos decorrentes de contratos que tenham como objeto:

I – a aquisição de passagens aéreas e rodoviárias, despesas de hospedagem, aluguel de veículos e prestação de serviços afins, quando efetuados por intermédio de agências de viagens;

II – a contratação de seguros;

III – a contratação de serviços de telefonia;

IV – a contratação de serviços de propaganda e publicidade;

V – a contratação de consórcio para fornecimento de bens e serviços;

VI – a aquisição de vale-refeição, vale-transporte e vale-combustível;

VII – a aquisição de gasolina, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo e querosene de aviação diretamente de refinadoras de petróleo, demais produtores ou importadores;

VIII – a aquisição de produtos farmacêuticos, perfumaria, toucador e de higiene pessoal;

IX – a aquisição de bens imóveis;

X – a contratação de serviços prestados por cooperativas de trabalho e das associações profissionais;

XI – a contratação de serviços médicos, veterinários, de odontologia ou de enfermagem, por meio de associações, cooperativas ou hospitais;

XII – a contratação de serviços hospitalares e outros relacionados à saúde;

XIII – a contratação de planos privados de assistência médica humana, veterinária ou odontológica;

Avenida Cinco, 1137 - Centro - União de Minas/MG | CEP 38.288-000 | CNPJ: 01.051.819/0001-40
Telefone: (34) 3456-1900 | e-mail: adm@uniãodeminas.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG



XIV – a contratação de aluguel de imóveis pertencentes à pessoa jurídica; e

XV – a contratação de pessoa jurídica sediada no exterior;

§ 1.º. Para as hipóteses relacionadas neste artigo serão observadas as regras atinentes à base de cálculo, alíquotas e apresentação de documentos, naquilo que couber, constantes da Instrução Normativa RFB n. 1.234/2012, suas posteriores alterações ou outra(s) norma(s) que vier(em) a substituí-la.

§ 2.º. Na superveniência de outras regras específicas quanto aos critérios quantitativos e obrigações acessórias previstas na Instrução Normativa RFB n. 1.234/2012, suas posteriores alterações ou outra(s) norma(s) que vier(em) a substituí-la, prevalecerão o nela disposto.

Art. 7.º. O valor a ser retido a título de IR incidente na fonte pela Municipalidade ou por suas entidades será determinado pelo contratado-contribuinte mediante a aplicação da alíquota prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.234/12, suas posteriores alterações ou outra(s) norma(s) que vier(em) a substituí-la(s) sobre a base de cálculo tratada nos art. 5.º e 6.º, conforme o caso.

Art. 8.º. Para a retenção do IR incidente na fonte de que trata este Decreto, o contratado deverá apresentar a nota fiscal (acompanhada da autenticidade de NFE), fatura, boleto bancário ou outro meio de cobrança com a indicação do valor bruto para o fornecimento do bem e/ou prestação do serviço e montante correspondente ao IR a ser retido encontrado após a aplicação da alíquota encontrada na Instrução Normativa RFB nº 1.234/12, suas posteriores alterações ou outra(s) norma(s) que vier(em) a substituí-la.

§ 1.º. Fica vedada a apresentação exclusiva de DANFE.

§ 2.º. A impossibilidade técnica de destaque do montante correspondente ao IR incidente na fonte calculado na forma deste Decreto no documento apto para cobrança não impede a retenção dos valores, não se responsabilizando o Município ou suas entidades por eventual desconcontro entre o Comprovante Anual de Retenção entregue ao contratado e a Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte apresentada à União Federal.

Art. 9.º. O órgão responsável pela retenção, seja do Município ou de suas entidades, fornecerá ao contratado, até o último dia útil de fevereiro do ano subsequente, o Comprovante Anual de Retenção do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza

Avenida Cinco, 1137 - Centro - União de Minas/MG | CEP 38.288-000 | CNPJ: 01.051.819/0001-40
Telefone: (34) 3456-1900 | e-mail: adm@uniãodeminas.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG



para que possa, conforme o caso, comprovar a legalidade da dedução ou compensação do IR a recolher à União Federal.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no *caput*, o Município apresentará à Receita Federal do Brasil, no mesmo prazo, a Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte, em que constará discriminado, mês a mês, os valores pagos e o montante retido por contribuinte, sendo informado como código de receita a sequência 6256.

Art. 10. Os valores retidos a título de IR incidente na fonte sobre os pagamentos a contratados pelos órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta deverão ser recolhidos à conta do Município até o dia 20 (vinte) do mês subsequente àquele em que se tiver procedido a retenção.

Parágrafo único. Para fiel cumprimento do previsto no *caput*, os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal apurarão todos os valores retidos no mês e promoverão único recolhimento à conta do Município de União de Minas.

Art. 11. O previsto neste Decreto não enseja a alteração contratual para reajuste ou reequilíbrio econômico-financeiro, pois os valores retidos a título de IR incidente na fonte são considerados como antecipação do montante a recolher à União Federal, sendo deduzidos ou compensados com o valor a recolher ao Tesouro Nacional na forma prevista pela legislação.

Art. 12. Os processos de contratação iniciados após a vigência deste Decreto farão constar do edital do certame licitatório, quando houver, e do contrato a ser assinado a obrigatoriedade de apresentação pelo contratado dos documentos na forma definida por este Decreto.

Art. 13. Os órgãos do Município de União de Minas e de suas entidades responsáveis pelos contratos cujo objeto seja o fornecimento de bens e/ou prestação de serviços encaminharão aos contratados cópia deste Decreto para ciência e adequação dos documentos apresentados a partir da vigência deste Decreto.

Art. 14. O direito à retenção do IR incidente na fonte nos realizados pelo Município de Minas e suas entidades aos seus contratados para o fornecimento de bens e/ou prestação de serviços decorre da previsão do art. 158, I, CRFB, interpretado pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 1.130 (RE 1.293.453), não sendo oponível ao órgão pagador para questionamentos acerca da retenção ocorrida no período anterior à vigência deste Decreto.

Avenida Cinco, 1137 - Centro - União de Minas/MG | CEP 38.288-000 | CNPJ: 01.051.819/0001-40
Telefone: (34) 3456-1900 | e-mail: adm@uniãodeminas.mg.gov.br

Avenida Cinco, 1137 - Centro - União de Minas/MG | CEP 38.288-000 | CNPJ: 01.051.819/0001-40
Telefone: (34) 3456-1900 | e-mail: adm@uniãodeminas.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG



Art. 15. Aplicam-se subsidiariamente as disposições da Instrução Normativa RFB n. 1.234/2012 e suas alterações.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor em 1.º de setembro de 2023.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de União de Minas/MG, 29 de agosto de 2023.


GEOVA TOMAZ DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO

Publicado em 29/08/23 por afixação,
no quadro de avisos e editais desta Prefeitura

PUBLICAÇÃO

Publicado em 29/08/23 por afixação,
na sede da Prefeitura e da Câmara Municipal,
nos termos do art. 9º da Lei Orgânica Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG



ANEXO I

DECLARAÇÃO PARA CONTRATADOS AMPARADOS POR IMUNIDADE

Ilmo. Sr.

(Autoridade a quem se dirige)

(Nome da instituição), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o n. (inserir numeração) DECLARA ao Município de União de Minas que não está sujeita à retenção do IR incidente na fonte a que se refere o art. 64, Lei n. 9.430/1996, por se enquadrar na hipótese de imunidade prevista no (identificar o artigo da Constituição Federal) e que atende aos requisitos previstos na Lei (identificar a lei e os requisitos conforme o caso).

O signatário declara neste ato, sob as penas do art. 299 do Decreto-Lei n. 2.848/1940 e do art. 1.º, Lei n.º 8.137/1990, e para os fins do art. 32, Lei n. 9.430/1996, que:

- a) é representante legal da instituição e assume o compromisso de informar, imediatamente, ao Município de União de Minas, qualquer alteração na situação acima declarada;
- b) os valores recebidos referem-se a receitas relacionadas com as finalidades para as quais foram instituídas.

(Local e data)

(Assinatura do Responsável)

Avenida Cinco, 1137 - Centro - União de Minas/MG | CEP 38.288-000 | CNPJ: 01.051.819/0001-40
Telefone: (34) 3456-1900 | e-mail: adm@uniãodeminas.mg.gov.br

Avenida Cinco, 1137 - Centro - União de Minas/MG | CEP 38.288-000 | CNPJ: 01.051.819/0001-40
Telefone: (34) 3456-1900 | e-mail: adm@uniãodeminas.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG



ANEXO II

DECLARAÇÃO PARA CONTRATADOS AMPARADOS POR ISENÇÃO

Ilmo. Sr.

(Autoridade a quem se dirige)

(Nome da instituição), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o n. (insérer numeração) DECLARA ao Município de União de Minas que não está sujeita à retenção do IR incidente na fonte a que se refere o art. 64, Lei n. 9.430/1996, por se enquadrar na hipótese de isenção prevista no (identificar o artigo e respectiva lei que prevê a hipótese de isenção) e que atende aos requisitos previstos na Lei (identificar a lei e os requisitos conforme o caso).

O signatário declara neste ato, sob as penas do art. 299 do Decreto-Lei n. 2.848/1940 e do art. 1.º, Lei nº 8.137/1990, e para os fins do art. 32, Lei n. 9.430/1996, que:

- a) é representante legal da instituição e assume o compromisso de informar, imediatamente, ao Município de União de Minas, qualquer alteração na situação acima declarada;
- b) os valores recebidos referem-se a receitas relacionadas com as finalidades para as quais foram instituídas.

(Local e data)

(Assinatura do Responsável)

Avenida Cinco, 1137 - Centro - União de Minas/MG | CEP 38.288-000 | CNPJ: 01.051.819/0001-40
Telefone: (34) 3456-1900 | e-mail: adm@uniãodeminas.mg.gov.br

Avenida Cinco, 1137 - Centro - União de Minas/MG | CEP 38.288-000 | CNPJ: 01.051.819/0001-40
Telefone: (34) 3456-1900 | e-mail: adm@uniãodeminas.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG



ANEXO III

DECLARAÇÃO PARA CONTRATADOS OPTANTES PELO SIMPLES NACIONAL

Ilmo. Sr.

(Autoridade a quem se dirige)

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o sob o n. (inserir numeração) DECLARA ao Município de União de Minas que é optante do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar n. 123/2006, razão pela qual não sofre a incidência do IR na fonte a que se refere o art. 64 da Lei n. 9.430/1996

O signatário declara neste ato, sob as penas do art. 299 do Decreto-Lei n. 2.848/1940 e do art. 1.º, Lei nº 8.137/1990, e para os fins do art. 32, Lei n. 9.430/1996, que é representante legal da instituição e assume o compromisso de informar, imediatamente, ao Município de União de Minas, qualquer alteração na situação acima declarada;

(Local e data)

(Assinatura do Responsável)

Avenida Cinco, 1137 - Centro - União de Minas/MG | CEP 38.288-000 | CNPJ: 01.051.819/0001-40
Telefone: (34) 3456-1900 | e-mail: adm@uniãodeminas.mg.gov.br

Avenida Cinco, 1137 - Centro - União de Minas/MG | CEP 38.288-000 | CNPJ: 01.051.819/0001-40
Telefone: (34) 3456-1900 | e-mail: adm@uniãodeminas.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG



ANEXO IV TABELA DE ALÍQUOTAS PARA CÁLCULO DO IR INCIDENTE NA FONTE¹

NATUREZA DO BEM FORNECIDO OU DO SERVIÇO PRESTADO	ALÍQUOTA
<ul style="list-style-type: none">• Alimentação;• Energia elétrica;• Serviços prestados com emprego de materiais;• Construção Civil por empreitada com emprego de materiais;• Serviços hospitalares de que trata o art. 6.º, XII (art. 30, IN RFB 1.234/2012);• Serviços de auxílio diagnóstico e terapia, patologia clínica, imagenologia, anatomia patológica e citopatologia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas de que trata o art. 6.º, XII (art. 30, IN RFB 1.234/2012).• Transporte de cargas, exceto os relacionados no código 8767;• Produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador ou de higiene pessoal adquiridos de produtor, importador, distribuidor ou varejista, exceto os relacionados no código 8767; e• Mercadorias e bens em geral.	1,2
<ul style="list-style-type: none">• Gasolina, inclusive de aviação, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP), combustíveis derivados de petróleo ou de gás natural, querosene de aviação (QAV), e demais produtos derivados de petróleo, adquiridos de refinarias de petróleo, de demais produtores, de importadores, de distribuidor ou varejista, pelos órgãos da administração pública de que trata o art. 6.º, VII (art. 19, IN RFB 1.234/2012);• Alcool etílico hidratado, inclusive para fins carburantes, adquirido diretamente de produtor, importador ou distribuidor de que trata o art. 6.º, VII (art. 20, IN RFB 1.234/2012); e• Biodiesel adquirido de produtor ou importador, de que trata o art. 6.º, VII (art. 21, IN RFB 1.234/2012).	0,24
<ul style="list-style-type: none">• Gasolina, exceto gasolina de aviação, óleo diesel, gás liquefeito de petróleo (GLP), derivados de petróleo ou de gás natural e querosene de aviação adquiridos de distribuidores e comerciantes varejistas;	0,24

¹ As alíquotas constantes deste Anexo reproduzem aquelas previstas na Instrução Normativa RFB n. 1234/2012 na data de publicação deste Decreto. O cálculo do IR incidente na fonte observará as alíquotas vigentes na Instrução Normativa RFB n. 1.234/12, suas posteriores alterações ou outra(s) norma(s) que vier(em) a substituí-la.

Avenida Cinco, 1137 - Centro - União de Minas/MG | CEP 38.288-000 | CNPJ: 01.051.819/0001-40
Telefone: (34) 3456-1900 | e-mail: adm@uniãodeminas.mg.gov.br

Avenida Cinco, 1137 - Centro - União de Minas/MG | CEP 38.288-000 | CNPJ: 01.051.819/0001-40
Telefone: (34) 3456-1900 | e-mail: adm@uniãodeminas.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG



<ul style="list-style-type: none">• Álcool etílico hidratado nacional, inclusive para fins carburantes adquirido de comerciante varejista;• Biodiesel adquirido de distribuidores e comerciantes varejistas;• Biodiesel adquirido de produtor detentor regular do selo "Combustível Social", fabricado a partir de mamona ou fruto, caroço ou amêndoa de palma produzidos nas regiões norte e nordeste e no semiárido, por agricultor familiar enquadrado no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).	
<ul style="list-style-type: none">• Transporte internacional de cargas efetuado por empresas nacionais;• Estaleiros navais brasileiros nas atividades de construção, conservação, modernização, conversão e reparo de embarcações pré-registradas ou registradas no Registro Especial Brasileiro (REB), instituído pela Lei n. 9.432/1997;• Produtos farmacêuticos, de perfumaria, de toucador e de higiene pessoal a que se refere o do art. 6.º, VIII (art. 22, §1.º, IN RFB 1.234/2014), adquiridos de distribuidores e de comerciantes varejistas;• Produtos a que se refere o do art. 6.º, VIII (art. 22, §2.º, IN RFB 1.234/2014);• Produtos de que tratam o art. 5.º, inciso I, alíneas "c" a "k", IN RFB 1.234/2014;• Outros produtos ou serviços beneficiados com isenção, não incidência ou alíquotas zero das contribuições PIS e Cofins, observando-se o disposto o art. 2.º, § 5.º, IN RFB 1.234/2014.	1,2
<ul style="list-style-type: none">• Passagens aéreas, rodoviárias e demais serviços de transporte de passageiros, inclusive, tarifa de embarque, exceto as relacionadas no código 8850.	2,40
<ul style="list-style-type: none">• Transporte internacional de passageiros efetuado por empresas nacionais.	2,40
<ul style="list-style-type: none">• Serviços prestados por associações profissionais ou assemelhadas e cooperativas	Conforme art. 6.º, p.u. e previsões da IN RFB 1.234/2012
<ul style="list-style-type: none">• Serviços prestados por bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades abertas de previdência complementar;• Seguro saúde.	2,40

Avenida Cinco, 1137 - Centro - União de Minas/MG | CEP 38.288-000 | CNPJ: 01.051.819/0001-40
Telefone: (34) 3456-1900 | e-mail: adm@uniãodeminas.mg.gov.br

Avenida Cinco, 1137 - Centro - União de Minas/MG | CEP 38.288-000 | CNPJ: 01.051.819/0001-40
Telefone: (34) 3456-1900 | e-mail: adm@uniãodeminas.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DE MINAS - MG



<ul style="list-style-type: none">• Serviços de abastecimento de água;• Telefone;• Correio e telégrafos;• Vigilância;• Limpeza;• Locação de mão de obra;• Intermediação de negócios;• Administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza;• Factoring;• Plano de saúde humano, veterinário ou odontológico com valores fixos por servidor, por empregado ou por animal;• Demais serviços.	4,80
--	------

Avenida Cinco, 1137 - Centro - União de Minas/MG | CEP 38.288-000 | CNPJ: 01.051.819/0001-40
Telefone: (34) 3456-1900 | e-mail: adm@uniãodeminas.mg.gov.br

Avenida Cinco, 1137 - Centro - União de Minas/MG | CEP 38.288-000 | CNPJ: 01.051.819/0001-40
Telefone: (34) 3456-1900 | e-mail: adm@uniãodeminas.mg.gov.br